



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL N.º 7/2025/DAOA-AM

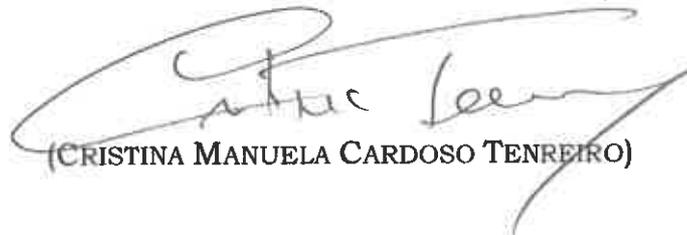
CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 21 de fevereiro de 2025, aprovada na sessão ordinária de 30 de abril de 2025. -----

Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 2 de maio de 2025. -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



(CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO)



ATA N.º 24 – No dia 21 de fevereiro de 2025, reuniu, às 20 horas e 47 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, e secretariada pelos(as) Srs.(as) Ricardo Leite de Oliveira e Ana Patrícia bastos da Cunha, respetivamente, 1.º e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

1 – Atas:

- **Ata N.º 22 – Sessão Extraordinária de 28 de novembro de 2024**

- **Ata N.º 23 – Sessão Ordinária de 29 de novembro de 2024;**

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;

3 – Procedimento Simplificado de Reclassificação do Solo – proposta de Reclassificação do Solo Rústico para Solo Urbano com a categoria de espaço de atividades económicas;

4 – Aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental;

5 – 1.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes;

6 – Identificação das áreas urbanizáveis ou de urbanização programada para efeitos do n.º 4 do artigo 199.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação atual;

7 – Alteração à postura de trânsito nas freguesias de São João de Ver e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo;

8 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Lourosa;

9 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Argoncilhe;

10 – Revisão do tarifário para o ano de 2025, no âmbito do contrato de Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de abastecimento de Água e Saneamento do Concelho.

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos Vereadores Sónia



Marisa Lopes Azevedo, Vitor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----

Não estiveram presentes os Vereadores Ana Beatriz Soares Pereira da Silva, Sérgio Manuel Murteira Cirino e Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves. ---

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes, bem como aqueles que assistiam à sessão por via on-line. Anunciou que a sessão estava a ser transmitida em direto e por via remota, pressupondo o consentimento dos eleitos para esse efeito. Informou ainda que iria circular uma declaração destinada a ser assinada pelo público presente, com o intuito de recolher o respetivo consentimento, em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).-----

Dando início aos trabalhos, fez referência ao e-mail enviado pelo membro Manuel Oliveira de Almeida, registado sob o n.º 2.793, em 18 de fevereiro de 2025, no qual este comunicava a sua renúncia ao mandato de membro deste Órgão, invocando motivos de ordem socioprofissional e compromissos sociais de outra natureza, que o impedem de exercer o mandato de forma adequada e responsável. A Sra. Presidente salientou que o referido deputado sempre exerceu as suas funções com elevado profissionalismo e, em virtude da renúncia, informou que o mesmo seria substituído, nos termos da Lei, pelo cidadão imediatamente a seguir na mesma lista partidária, do Partido Socialista, nomeadamente a cidadã Alexandra Patrícia Alves de Sousa, que se encontrava presente para participar na sessão. Recordou ainda que Alexandra Sousa já havia substituído o membro Manuel de Almeida durante o período em que este solicitara a suspensão do mandato. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia informou que os membros Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD), Rodolfo Antero Oliveira Castro (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Susana Alexandra Lopes Correia



(PS), Job Santos Silva (PS), Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS) e Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

• Ana Lamas: substituída pelo Jorge Paulo das Neves Pereira *(uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Regina Maria Gonçalves da Silva – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão)*,-----

• Rodolfo Castro: substituído pela Joana Inês Carvalho Coelho Ribas,-----

• Susana Silva: substituída pelo António Luís da Costa Ferreira *(uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Cláudia Oliveira Antunes Correia – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão)*,-----

• Susana Correia: substituída pelo Lécio Jorge Pereira Dias,-----

• Job Silva: substituído pela Célia Adelina Couto Soares *(uma vez que o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – António dos Santos – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão)*,-----

• Lia Ferreira: substituída pelo Manuel Ferreira Santos *(uma vez que o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – João Carlos Martins dos Santos Figueiredo – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão)*,-----

• Carlos Cunha: substituído pelo Luís Nuno Oliveira Vieira *(uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – João Paulo Oliveira Vidal, Isabel Cristina Pereira de Sousa Gomes, Maria Miguel Sá Tavares Lopes e Bruno Miguel Ferreira Marques – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecerem nesta sessão)*.-----

Informou, ainda, da entrada na Mesa dos pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das



seguintes Juntas de Freguesia: -----

• Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (Independente - IND)
– delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmino Joaquim
Leite de Bastos; -----

• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e
Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a
representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 52 dos 54
membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Carlos
Eduardo Soares de Seixas; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Eva Lúcia
Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Joana Patrícia Fonseca
da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário
Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Jorge Paulo das
Neves Pereira; Joana Inês Carvalho Coelho Ribas; António Luís da Costa
Ferreira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia
de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Ricardo Leite de
Oliveira; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António
Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Fornos – César Jorge Pais Resende;
Lourosa – Armando de Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva;
Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição
Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; Santa Maria
de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São João de Ver – Nuno
João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco
da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José
Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior
– Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Santa Maria
da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares, -----



Pelo Partido Socialista (PS):-----
Domingos Manuel da Silva Florim; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Lécio Jorge Pereira Dias; Célia Adelina Couto Soares; Manuel Ferreira Santos; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Tiago de Oliveira Paiva; -----

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

Pela Iniciativa Liberal (IL): Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Luís Nuno Oliveira Vieira; -----

Independente (IND): Miguel Branco Santos Alves. -----

Entrou no decorrer da sessão: Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva (PSD). -----

Faltou à sessão, sem ser substituído: Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD).

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, a Sra. Presidente da Assembleia informou que esse documento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa entre a última sessão ordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2024, e a presente sessão, foi distribuído, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo este período, informou da existência de 7 documentos para serem apreciados – 5 do BE, 1 da IL e outro da CDU – os quais, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão, bem como enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra aos proponentes dos documentos, para procederem à apresentação dos mesmos.

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO: ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA -----
9.816.000 (nove milhões, oitocentos e dezasseis mil euros). Este é o valor arredondado do lucro bruto da Indaqua Feira em 2023. Este valor resulta da exploração de um bem público, universal e que merece a nossa preocupação. E porquê?-----

A análise das assimetrias nas tarifas globais associadas ao abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos registadas a junho de 2023 levada a cabo pela Deco Proteste aborda o “Preço da água sem Lei” e nela Santa Maria da Feira aparece mencionada por 3 vezes. Na primeira menção surge no top-7 dos municípios com maior aumento da fatura global registado em 2023. Na segunda, no top-3 nacional dos concelhos com a fatura global mais elevada para um consumo anual de 180 m³. Na terceira menção, surge como um dos municípios onde os preços elevados não estão associados aos investimentos feitos na rede de abastecimento de água e saneamento. A ERSAR, entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos, tem sido crítica do modelo de concessão praticado em vários concelhos (Santa Maria da Feira incluída) por considerar que este modelo promove injustiças e assimetrias no acesso a um bem essencial para a vida. Para 2024, o panorama em Santa Maria da Feira não melhorou, com aumentos de 4,5% no preço do abastecimento de água no 1.º escalão (até 5m³ mensais) e de



3.9% no 2.º escalão.-----
Necessitamos que os políticos locais tenham a coragem de abrir o debate sobre a remunicipalização da água no nosso concelho e de uma vez por todas implementar a Tarifa social automática na fatura da água. -----
Os Feirenses vivem com dificuldades económicas, tendo perdido uma parte substancial do rendimento, o que torna o custo de vida incomportável. Neste contexto, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência.-----
A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----
a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----
No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----
A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem



beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5 808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10.-----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira.-----

No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar mais de 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2025, delibera:-----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----

“MOÇÃO: EXPANSÃO DO SOLO URBANO: O DESASTRE ANUNCIADO -----



A publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei nº 117/2024, de 30 de dezembro de 2024, que altera os artigos 72º, 72º-B e outros do RJIGT (DL nº 802/2015) tem suscitado um vivo debate sobre as implicações urbanísticas, ambientais, económicas e sociais da expansão do solo urbano nele prevista. -----

No mesmo mês de dezembro, mas no dia 5 foi o Dia Mundial do Solo. Aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2013, chama a atenção para a degradação dos solos e a necessidade vital para as populações, já que mais de 95% dos alimentos provêm deles. E lembra que produzir apenas 2 a 3 cms. de solo saudável pode demorar quase mil anos. Para além desta utilização do solo, há também a de suporte à edificação, infraestruturas urbanas e equipamentos. -----

Mas esta deliberação da ONU não é a única posição internacional a ser posta em causa pela alteração legal pretendida pelo atual governo e que significará uma enorme impermeabilização do solo. No relatório “Rethinking Urban Sprawl”, a OCDE realça que a edificação dispersa triplica os custos dos serviços públicos e obriga a maiores deslocações casa-trabalho, congestionamento de trânsito, poluição do ar e aumento do preço das casas. E o recente Regulamento (UE) 2024/1991 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2024, relativo ao restauro da natureza, veio apontar aos Estados-Membros, no seu artigo 8º – restauro dos ecossistemas urbanos – que até 2030 têm de assegurar que não há perda líquida da superfície nacional total de espaço verde urbano e de coberto arbóreo urbano nos ecossistemas urbanos comparativamente com 2024.-----

A expansão do solo urbano prevista no diploma governamental é também contrária às indicações, alertas e propostas de inúmeros trabalhos de especialistas nesta temática. As “alterações da ocupação do solo em Portugal continental 1985|2000” salientam o crescimento dos territórios artificializados em 70.000 hectares (mais 42%). O tecido urbano descontínuo é a classe dos territórios artificializados que teve maior crescimento. E este



elemento é relevante já que as novas construções, dispersas, irão artificializar mais solo. Acresce que de acordo com a publicação do IHRU “O parque habitacional-análise e evolução 2011|2021”, pág. VI, a grande maioria (87%) dos edifícios em Portugal têm apenas um alojamento (fogo unifamiliar). E dos 3,5 milhões de edifícios existentes, 37% têm apenas um piso (p. 23), um brutal desperdício de solo e infraestruturas urbanísticas. -- A alegada falta de solos para construção é também claramente desmentida pelo recente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT 2024), que refere que “a proporção de solo urbano do continente que se encontrava edificada em 2021 era em média de 50%” (p. 69). O mesmo documento salienta que, entre 2007 e 2018, ocorreu um consumo líquido diário de territórios não-artificializados de 6,2 hectares, número que prenuncia o incumprimento da meta europeia que preconiza uma artificialização líquida do território nula em 2050. -----

Sobre a proclamada baixa do preço da construção através da aplicação da nova lei, um anterior responsável da Direção-Geral do Território salientou em 2016 que “o sobredimensionamento de áreas urbanizáveis em planos de uso do solo não contém o aumento dos preços dos solos. Pelo contrário, alimenta a especulação...” (Paulo V.D. Correia in O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, p. 192). -----

Perante a desconsideração de tantas normas e orientações nacionais e internacionais, como explicar então a insistência governamental em aumentar a urbanização dispersa e a artificialização do solo? Já era conhecida a apetência dos grandes proprietários, do sector da construção civil e dos promotores imobiliários pela edificação sem qualquer entrave. O que há de novo é a transformação da habitação em ativos financeiros, com um peso crescente dos fundos imobiliários, que, segundo a CMVM, são 273, com um valor sob gestão superior a 15 mil milhões de euros. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2025, delibera:-----



1. Defender a revogação do Decreto-Lei nº 117/2024 pelos gravíssimos impactos da sua aplicação; -----
2. Assegurar a informação pública e transparente dos casos em que ocorra o alargamento do solo urbano.” -----

“MOÇÃO: PRESERVAR A MEMÓRIA DO HORROR: AÇÃO COLETIVA CONTRA O ÓDIO, O PRECONCEITO, A DESUMANIZAÇÃO E A INDIFERENÇA -----

Há 80 anos, na tarde de sábado dia 27 de janeiro de 1945, os soldados do Exército Vermelho libertavam Auschwitz-Birkenau, um dos campos de extermínio construídos na Polónia pela Alemanha nazi. Os militares soviéticos depararam com o horror. Ali, encontraram 600 cadáveres, 7.000 presos mais próximos da morte que da vida, 837.000 peças de vestuário – muitas de crianças –, milhares de malas, mais de 100.000 pares de sapatos, milhares de óculos, 7 toneladas de cabelo de mulheres. -----

Por Auschwitz-Birkenau passaram mais de 1 milhão de pessoas, 870.000 foram envenenadas pelo gás letal Zyklon B. Para além de Belzec, Solibor e Treblinka, a partir de 1940 foram construídos em território polaco mais três campos em Auschwitz para receberem opositores ao nazismo e prisioneiros de guerra soviéticos. Passaram a fazer parte da máquina de morte nazi iniciada logo em 1933 com os campos de concentração em Buchenwald e Dachau na Alemanha para sindicalistas, democratas e pessoas não alinhadas com a política de Hitler, e que prosseguiu com a “solução final” que assassinou milhões de judeus europeus, causando mais de 20 milhões de mortos na segunda guerra mundial. -----

Perante as terríveis atrocidades perpetradas contra as vítimas do regime nazi, os governos de todo o mundo logo em maio de 1945 defenderam a criação de um tribunal militar internacional para julgar os principais criminosos de guerra e foi constituída uma organização internacional, as Nações Unidas para “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade”. E em 9 de dezembro de



1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a “Convenção sobre prevenção e punição do crime de genocídio”, que se pode considerar um dos primeiros tratados de direitos humanos.-----

Pela Resolução 60/7 de 21-11-2005, a Assembleia Geral da ONU proclamou 27 de janeiro o dia da libertação de Auschwitz-Birkenau como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, realçando o que pode acontecer quando o ódio, o preconceito, a desumanização, o racismo e a indiferença passam a fazer parte do pensamento de algumas pessoas. Como lembrou o Secretário-Geral da ONU, a lembrança dos campos de concentração e extermínio nazi é um chamamento para estar em alerta constante: nunca ficar em silêncio diante do ódio, nunca tolerar a intolerância, nunca ser indiferente ao sofrimento dos outros.-----

Quando vemos, ouvimos e sabemos do que se passa hoje na faixa de Gaza e noutros locais da Palestina, é impossível ignorar as semelhanças, em termos de violência sistemática e de desumanização, com o que o nazi-fascismo provocou entre 1933 e 1945. No mundo e no nosso país é preciso não apenas manter viva a memória de horrores como os dos campos de concentração e extermínio nazis para que nada de semelhante volte a acontecer, mas também repudiar e combater o regresso a tal barbárie.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2025, delibera:-----

1. Lembrar a memória das vítimas da violência do nazi-fascismo;-----
2. Reafirmar a necessidade de combater o racismo e todas as formas de intolerância que conduzem à violência dirigida a grupos específicos;-----
3. Apelar à ação coletiva contra o ódio, a desumanização, o preconceito e a indiferença.”-----

“RECOMENDAÇÃO: LEI DA AFIXAÇÃO DE PROPAGANDA EM CAMPANHA ELEITORAL-----

Considerando que:-----

1. No passado dia 6 de janeiro de 2022, o Bloco de Esquerda remeteu ao Sr.



Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira um requerimento onde questionava o executivo sobre o cumprimento da Lei n.º 97/88 de 17 de agosto que regula a afixação de propaganda eleitoral. Esta lei decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa, os princípios reguladores da afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda. Nos termos do Artigo 7.º da referida Lei, nos períodos de campanha eleitoral as câmaras municipais devem colocar à disposição das forças concorrentes espaços especialmente destinados à afixação da sua propaganda (Número 1). Nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, as câmaras municipais devem proceder a uma distribuição equitativa dos espaços por todo o seu território de forma que, em cada local destinado à afixação de propaganda política, cada partido ou força concorrente disponha de uma área disponível não inferior a 2 m2. Já o n.º 3 do Artigo 7.º da Lei 97/88, define que as câmaras municipais têm até 30 dias antes do início de cada campanha eleitoral para publicar editais onde constem os locais onde pode ser afixada propaganda política, os quais não podem ser inferiores a um local por 5000 eleitores ou por freguesia. Não tendo conhecimento de que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tenha observado e cumprido as disposições da Lei 97/88, solicitamos ao executivo que se pronunciasse sobre o conhecimento e cumprimento das disposições acima mencionadas. -----

2. Em resposta ao requerimento, recebido a 14 de janeiro de 2022, o executivo faz um exercício argumentativo parco, onde o taxativo incumprimento da Lei é interpretado como vontade expressa do executivo de “não limitar ou reduzir a afixação de propaganda eleitoral a locais unilateralmente fixados pela Câmara Municipal...dando, dessa forma, total liberdade às forças concorrentes na escolha dos locais que entendam melhor servir os seus propósitos de informação aos eleitores”. -----

3. Esta visão é não só criativa como abusiva, uma vez que estes espaços representam espaços adicionais destinados à propaganda eleitoral, e não



limitam de todo o direito das candidaturas a afixarem propaganda em qualquer outro local que não seja proibido por lei, tal como decorre do artigo 66.º n.º 4 da Lei n.º 14/79, de 16 de maio. -----

4. Em virtude do exposto, é do entendimento do Bloco de Esquerda que o incumprimento da Lei n.º 97/88 de 17 de agosto por parte do Município de Santa Maria da Feira, em sucessivos atos eleitorais, limita a capacidade das forças concorrentes de fazerem chegar a sua mensagem aos eleitores. Este impacto é especialmente sentido pelos partidos com orçamentos mais baixos, que muito beneficiariam destes espaços destinados à afixação de propaganda eleitoral. A 20 de janeiro de 2022 o BE avançou com uma denúncia junto da Comissão Nacional de Eleições onde expomos o não cumprimento do dever de disponibilizar os espaços às candidaturas até 30 dias antes de todos os atos eleitorais, conforme consta do artigo 7.º n.º 3 da Lei n.º 97/88. -----

5. A Comissão Nacional de Eleições entendeu, tal como decorre da lei, notificar a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira para o cumprimento da norma decorrente da Lei n.º 97/88 de 17 de agosto, de onde decorre a necessidade da disponibilização de espaços adicionais às candidaturas para a afixação de propaganda eleitoral, sem que isso limite, de qualquer forma, a liberdade das forças concorrentes de afixarem propaganda em qualquer outro local que não seja proibido por lei, tal como decorre do artigo 66.º n.º 4 da Lei n.º 14/79, de 16 de maio. -----

6. Nos atos eleitorais subsequentes o executivo municipal reincidiu no incumprimento da lei, não tendo disponibilizado os espaços exigidos por lei. Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2025, delibera recomendar à Câmara Municipal:-----

1. Que cumpra a Lei n.º 97/88 de 17 de agosto.-----
2. Que assegure a comunicação atempada dos espaços alocados a cada força política concorrente, a começar já pelas eleições autárquicas de 2025.” -----



“RECOMENDAÇÃO: RECENSEAMENTO DO DIREITO DE VOTO PARA PESSOAS
ESTRANGEIRAS-----

Considerando que: -----

- a) É nas eleições autárquicas que maior número de residentes em Portugal têm o direito de participar, seja como candidatos e candidatas, seja como eleitores e eleitoras; -----
- b) Desde que tenham realizado previamente o seu recenseamento eleitoral nas Juntas de Freguesia da sua área de residência, podem exercer o direito de voto todas as pessoas com residência legal em Portugal há mais de três anos e com nacionalidade dos Estados-membros da União Europeia (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, República Checa, Roménia e Suécia), do Reino Unido (com residência em Portugal anterior ao Brexit); do Brasil (sem estatuto de igualdade de direitos políticos); de Cabo Verde (com residência legal em Portugal há mais de dois anos); ou ainda da Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai, Venezuela ou do Reino Unido (após o Brexit);-----
- c) É de notar, que o recenseamento eleitoral só é suspenso no 60.º dia anterior à eleição e até à sua realização; -----
- d) É sabido que muitas pessoas estrangeiras, no passado, ao tentarem efetuar o seu recenseamento para atos eleitorais, defrontaram-se com obstáculos resultantes de falta de informação por parte dos serviços das Juntas de Freguesia, acabando impedidas de exercer o seu direito de voto;-
- e) O Relatório Anual do Observatório das Migrações referente ao ano de 2023 evidencia a baixa participação eleitoral das pessoas estrangeiras. As associações representativas de pessoas migrantes têm desenvolvido campanhas de sensibilização, mas é necessário que as comissões recenseadoras, as Juntas de Freguesia, assegurem um trabalho de



disseminação de informação, tanto entre os funcionários dos serviços como junto das comunidades estrangeiras nos respetivos territórios. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2025, delibera recomendar à Câmara Municipal:-----

1. Promova uma campanha informativa e de apelo ao recenseamento e à participação eleitoral de pessoas estrangeiras, afixando os critérios da lei e da CNE nos postos das Juntas de Freguesia, bem como nos seus suportes de divulgação no espaço público (com recurso às línguas inglesa, espanhola e cabo-verdiana); -----
2. Assegure a boa formação dos funcionários responsáveis pelo atendimento ao público sobre as regras legais e as normas da autoridade eleitoral; -----
3. Envolver as associações de residentes estrangeiros, bem como o conjunto das coletividades locais na divulgação desta campanha informativa; -----
4. Solicite à Câmara Municipal a divulgação desta campanha através dos meios de comunicações municipais.” -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----

“PELA CRIAÇÃO DE ZONAS DE TRÂNSITO ESCOLAR EM SANTA MARIA DA FEIRA -----
A Iniciativa Liberal vem apresentar uma moção de recomendação sobre um tema de elevada importância para os cidadãos: a prevenção rodoviária junto das escolas.-----

Sabemos que as crianças e jovens são muitas vezes os mais vulneráveis no contexto das nossas ruas e estradas e, por isso, a segurança nas imediações das escolas deve ser uma prioridade para todos, não apenas pela segurança física, mas também pela promoção de uma cultura de mobilidade responsável. -----

Todos os dias, milhares de crianças e famílias circulam nas imediações das escolas, seja de carro, a pé, de bicicleta ou em transportes escolares. A



João Cunha
[Signature]

sobrecarga de trânsito, o estacionamento indevido, a falta de passagens para peões bem sinalizadas, e a velocidade excessiva de veículos representam riscos reais e preocupantes. -----

Para mudar este cenário, é necessário que as entidades públicas, e em particular a Câmara Municipal, se envolvam ativamente na criação de soluções preventivas e medidas corretivas. -----

Na Europa e em Portugal, existem boas práticas que podem servir como modelo para o nosso concelho, programas e infraestruturas focados na segurança rodoviária escolar, com resultados reconhecidos. -----

Exemplos: (segue 4 imagens) -----

Neste contexto, propomos que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal a implementação de um plano de prevenção rodoviária nas imediações das escolas, com o envolvimento de todas as partes interessadas.

Propomos, ainda, que o plano contemple:-----

- Criação de zonas de trânsito escolar que deverão integrar áreas de baixa velocidade, onde a circulação de veículos é restrita ou condicionada, integrando medidas como: -----

- Redução para uma faixa de rodagem antes e depois da escola; -----

- Passadeiras elevadas nas zonas de trânsito escolar; -----

- Adequada sinalização; -----

- Desvio da faixa de rodagem antes e depois a escola; -----

- Fomentar campanhas de sensibilização comunitária.-----

O plano deve ser discutido com os agrupamentos escolares, associações de pais e ser apresentado nesta Assembleia.”-----

Interveio o membro **Nuno Vieira** (CDU), que apresentou e explanou a moção que, seguidamente, se transcreve:-----

SAUDAÇÃO ÀS MULHERES FEIRENSES, POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER -----

Neste ano de 2025, comemora-se, simultaneamente o 50.º Aniversário do



Ano Internacional da Mulher e do primeiro 8 de março – Dia Internacional da Mulher – em liberdade. -----

Pela primeira vez a ONU realizava a sua 1.^a Conferência, na cidade do México, sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” e cujo tema central foi a eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social, em que Portugal se fez representar, em liberdade. Nessa I Conferência, o ano de 1975 foi instituído como o Ano Internacional da Mulher, também comemorado em Portugal, por decisão do Conselho de Ministros do 3.º Governo Provisório, de 14 de janeiro. -----

É o próprio diploma legal que constata que este Ano Internacional da Mulher, “Coincide, em Portugal, com a consolidação da revolução de 25 de Abril e o seu significado torna-se, assim, particularmente importante para a evolução de um país em que as mulheres representam uma grande força progressista.” -----

Entre os vários considerandos em que se reconhece o papel fundamental da mulher, o diploma refere “a eliminação das discriminações de direito e de facto em relação às mulheres, o incremento da participação das mulheres na transformação social; e o reconhecimento do seu contributo, a nível local, a nível nacional e internacional, na construção da paz”, como grandes objetivos destas celebrações, não deixando de reconhecer “as graves situações discriminatórias ainda existentes em Portugal em relação à plena participação das mulheres em múltiplos sectores da vida do País.”¹ -----

1. Presidência do Conselho de Ministros, 7 de Janeiro de 1975. O Primeiro-Ministro, Vasco dos Santos Gonçalves. -----

Relevante foi também, há 50 anos, a primeira celebração em liberdade do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, que seria o culminar de uma atividade intensa na construção do Portugal de Abril, de luta pela sua dignidade e identidade. Enfim, no Portugal de Abril as mulheres puderam expressar aspirações e participar ativa e decisivamente para a radical transformação do seu estatuto social, jurídico e político no trabalho, na



família, na vida social e política. A promoção do direito das mulheres à igualdade fica consignado na Lei Fundamental do País, a Constituição da República Portuguesa, abrindo-se assim caminho para a conquista de direitos na família, no trabalho, na política, na sociedade. -----

Se muitos foram os caminhos abertos pela Revolução de Abril à luta pela igualdade e emancipação da mulher, se muitos progressos foram alcançados, não podemos negar retrocessos que se têm verificado, através das tentativas várias, mais ou menos explícitas, de fazer regredir os papéis sexuais de homens e mulheres, estimulando preconceitos e estereótipos sexuais que não podem ser tolerados. -----

Na verdade, são elas que continuam a engrossar a percentagem de mão-de-obra, cada vez mais qualificada, mas discriminada no salário, na instabilidade profissional, na progressão das carreiras e acesso às chefias. São elas que continuam as principais vítimas da violência doméstica, do assédio moral e sexual, da perseguição... -----

Neste 8 de março, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira saúda todas as mulheres que se bateram pela liberdade, destacando, a propósito do recente desaparecimento da última das chamadas “três Marias”, a Maria Teresa Horta (as outras eram Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa), que em 1972, publicaram “As Novas Cartas Portuguesas”, obra que questiona os paradoxos possíveis na relação entre homens e mulheres, cujos textos foram considerados “imorais” e “pornográficos”, uma enorme ofensa ao regime, e como tal passou à categoria de obra proibida e as suas autoras, vítimas de processo judicial. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira apela a uma grande participação das mulheres nas comemorações do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – saúda a sua determinação em conquistar e fazer cumprir direitos, os seus direitos, na vida social e política, no trabalho, na saúde, na educação, na proteção social, na cultura e no desporto.” -----



Interveio o membro **Carlos Martins** (IL), que, aludindo à moção do BE sobre o tema de Auschwitz, afirmou que, obviamente, existe uma forte relação emocional com este assunto, dado a sua importância histórica e o dever de preservar a memória do momento em questão, assinalado pela efeméride mencionada na moção. No entanto, referiu que o corpo da moção estabelece um paralelo entre a situação na Faixa de Gaza e o que ocorreu em Auschwitz, pelo que, embora concordando com o princípio subjacente à moção, irá votar contra, por considerar que tal associação não faz sentido. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND), que, relativamente à moção apresentada pelo BE no âmbito do Holocausto, afirmou considerar que se tratava de um claro exemplo de demagogia e instrumentalização política de um tema histórico para fins eleitorais. Referiu que ninguém nega a necessidade de preservar a memória do Holocausto e combater o preconceito, mas que a comparação entre o genocídio nazi e o conflito Israel/Hamas é forçada e intelectualmente desonesta. -----

Destacou que o BE tem mantido uma postura unilateral na questão israelo-palestiniana, ignorando a complexidade do conflito e relativizando a responsabilidade do grupo Hamas, que, segundo afirmou, iniciou os ataques de 7 de outubro de 2023, matando mais de 1200 pessoas e sequestrando centenas. Afirmou também que o BE insiste numa narrativa que oculta factos essenciais, como a utilização de civis como escudos humanos pelo Hamas, enquanto condena exclusivamente Israel. -----

Acrescentou que, historicamente, sectores da Esquerda cometeram erros semelhantes ao apoiar regimes e movimentos que causaram sofrimento em massa, desde a minimização dos crimes de Estaline e Mao até ao apoio de grupos extremistas no Médio Oriente. Salientou que a seleção parcial da realidade tem sido uma constante, reforçando que a análise de conflitos complexos exige rigor e imparcialidade, em vez de alimentar a polarização com comparações históricas descabidas. -----



Concluiu afirmando que o BE deveria adotar uma postura mais equilibrada, condenando todas as formas de violência e terror, sem reservas ideológicas. Finalizou dizendo que rejeitava esta moção, pois acreditava que, mais do que homenagear as vítimas do Holocausto, ela servia apenas para promover uma agenda política desonesta, especialmente num ano de eleições autárquicas.

Interveio o membro **Nuno Vieira** (CDU), que, relativamente à moção do BE sobre Auschwitz, afirmou que a CDU votaria a favor, ressalvando, no entanto, a importância do Exército Vermelho Soviético, tanto pela libertação do campo de concentração de Auschwitz quanto pelo papel decisivo no fim da Segunda Guerra Mundial.-----

Em relação à moção do BE sobre a Tarifa Social da Água, informou que a CDU optaria pela abstenção, pelas mesmas razões expostas nas sessões anteriores desta Assembleia, ou seja, por entender que a solução não reside na tarifa social, mas sim na redução dos preços da água para todos os feirenses.-----

Quanto à recomendação da IL sobre a criação de zonas de trânsito escolar, deu a conhecer que a CDU se iria abster, uma vez que, no seu entendimento, deveria ser a comissão de trânsito a elaborar o respetivo plano, e não esta Assembleia. Frisou que, após a comissão de trânsito elaborar o plano, este deveria ser submetido a esta Assembleia para conhecimento, salientando que, caso contrário, estar-se-iam a inverter os papéis.-----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD), que, aludindo à moção do Bloco de Esquerda (BE) sobre Auschwitz, afirmou que o grupo municipal do PSD teria muito gosto em votar favoravelmente, mas que o paralelismo estabelecido entre a situação em Auschwitz e a atual na Palestina inviabilizava tal voto. Informou, por isso, que o grupo municipal do PSD optaria pela abstenção, considerando infeliz que, no âmbito de uma temática tão sensível, se tivesse feito um paralelismo entre duas realidades profundamente distintas.



Relativamente à moção do BE sobre a Lei dos Solos, referiu considerar que a mesma representava uma inversão clara da presunção de inocência e traduzia, de forma velada, um ataque ao Poder Local, revelando uma certa desconfiança generalizada sobre todos os autarcas. Defendeu que a descentralização e a transferência de competências deveriam ser encaradas como um voto de confiança e não como uma demonstração de desconfiança. Reconheceu que esta era uma luta assumida a nível nacional pelo BE e presumiu que estaria a ser replicada noutras assembleias municipais do país. Acrescentou que, também publicamente, existiam propostas sobre a matéria, nomeadamente do Partido Socialista, no sentido de introduzir alguns mecanismos de controlo. Informou, assim, que o grupo municipal do PSD votaria contra esta moção, bem como contra a moção do BE relativa à Tarifa Social da Água. Quanto à moção apresentada pela CDU sobre o Dia Internacional da Mulher, considerou tratar-se de um marco indiscutivelmente importante, que visava lembrar a discriminação ainda existente contra as mulheres e a necessidade de combater todas as formas de desigualdade de género. Aproveitou para lançar um desafio a todas as mulheres, incentivando-as a participar na marcha que teria lugar em Aveiro, no dia 8 de março, em celebração da efeméride. -----

Relativamente à recomendação da Iniciativa Liberal (IL) sobre a criação de zonas de trânsito escolar, declarou que o grupo municipal do PSD votaria favoravelmente, por compreender a relevância da proposta e a importância de prevenir os problemas identificados. Acrescentou que, tanto quanto sabia, um estudo técnico sobre a matéria estaria a ser desenvolvido pelos serviços da Câmara, sendo que as soluções daí resultantes seriam, em momento oportuno, submetidas à Câmara e à Assembleia Municipal para apreciação e eventual aprovação. No que respeita à recomendação relativa à afixação de propaganda política, informou que, segundo o que tinha conhecimento, a Câmara Municipal estaria a cumprir o disposto na legislação, se é que já não o fazia. Afirmou que o grupo municipal do PSD se



sentia particularmente confortável para abordar este tema, uma vez que era, provavelmente, o partido que menos “ruído” propagandístico provocava no espaço público, dando como exemplo as vias de entrada na cidade, onde a presença de mupis comprometia a visibilidade e podia mesmo constituir um risco para a segurança rodoviária. Disse compreender a intenção de regulamentar e criar locais específicos para a afixação de propaganda – conforme previsto na lei –, mas considerou que seria ainda mais pertinente discutir, entre todas as forças políticas, a questão da poluição visual causada pela propaganda após os atos eleitorais, salientando que esta era uma realidade transversal a todo o país, e não exclusiva de Santa Maria da Feira. -----

Por fim, relativamente à recomendação sobre o recenseamento do direito de voto por parte de cidadãos estrangeiros, afirmou que tal proposta dizia respeito à esfera de competências do Governo e não da Assembleia Municipal, pelo que o grupo municipal do PSD votaria contra a recomendação. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que começou por informar que o BE acompanhava a moção da CDU, de saudação às Mulheres Feirenses por ocasião do Dia Internacional da Mulher, assim como a recomendação da IL relativa à criação de zonas de trânsito escolar, por considerar que ambas se apresentavam adequadas. -----

Relativamente à moção que apresentou sobre Auschwitz, e na sequência das posições entretanto manifestadas, afirmou que se verificou, com alguma “ginástica artística”, uma tentativa de inscrever nessa proposta uma análise simplista da parte do BE. Comentou que o exercício interpretativo feito ao teor do texto refletia mais a opinião de quem o interpretava do que propriamente a posição do Bloco de Esquerda. Salientou que aquilo que o BE procurava evidenciar era o facto de, neste momento, existirem fortes indícios para acreditar que está em curso um genocídio em Gaza,



sublinhando tratar-se de uma opinião partilhada por várias agências da comunidade internacional. Reforçou que não se tratava de uma questão política ou religiosa, mas sim de uma questão humanitária, expressando sérias preocupações relativamente ao contexto da política internacional, nomeadamente quanto à posição dos EUA face aos planos delineados para a Faixa de Gaza. Manifestou receio de que a situação de genocídio que ali se verifica venha a agravar-se, através de um movimento forçado e da eventual expulsão de mais de dois milhões de pessoas daquele território. -----

No que respeita à questão da afixação de propaganda em período de campanha eleitoral, referiu que aquilo que o BE solicita é, simplesmente, o cumprimento da lei, acrescentando que esse pedido já havia sido feito anteriormente, e que agora era reiterado por força do incumprimento verificado em dois atos eleitorais subsequentes, após o posicionamento da CNE. Enfatizou que esta proposta não teria sido apresentada caso a lei estivesse a ser cumprida, sendo, por isso, apresentada com o intuito de que esta Assembleia responsabilize o Executivo pelo cumprimento da legislação em vigor. -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

– Moção (BE): *“Atribuição automática da Tarifa Social da Água”* -----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos a favor (PS:14, BE), 31 votos contra (PSD:30, IND:1 – Miguel Branco) e 6 abstenções (PS:2 – Rui Rios e Valdemar Silva, CDS-PP, IL, CDU, IND:1 – Carmindo Bastos), rejeitar a moção em referência. -----

– Moção (BE): *“Expansão do solo urbano: o desastre anunciado”*-----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor (BE, CDU), 33 votos contra (PSD:30, CDS-PP, IL, IND:1 – Miguel Branco) e 17 abstenções (PS:16, IND:1– Carmindo Bastos), rejeitar a moção em referência.



– Moção (BE): *“Preservar a memória do horror: ação coletiva contra o ódio, o preconceito, a desumanização e a indiferença”* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS:16, BE, CDU, IND:1 – Carmino Bastos), 1 voto contra (IND – Miguel Branco) e 32 abstenções (PSD:30, CDS-PP, IL), aprovar a moção em referência. -----

O membro Carlos Martins (IL) solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto. -----

– Recomendação (BE): *“Lei da Afixação de propaganda em Campanha Eleitoral”* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS:16, BE, CDS-PP, IL, CDU), 30 votos contra (PSD) e 2 abstenções (IND), rejeitar a recomendação em referência. -----

– Recomendação (BE): *“Recenseamento do direito de voto para pessoas estrangeiras”* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS:16, BE, CDS-PP, IL), 30 votos contra (PSD) e 3 abstenções (CDU, IND:2), rejeitar a recomendação em referência. -----

– Recomendação (IL): *“Pela criação de Zonas de Trânsito Escolar em Santa Maria da Feira”* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor (PSD:30, PS:16, BE, CDS-PP, IL, IND:2) e 1 abstenção (CDU), aprovar a recomendação em referência. -----

– Moção (CDU): *“Saudação às Mulheres Feirenses, por ocasião do Dia Internacional da Mulher”* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD:30, PS:16, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND:2), aprovar a moção em



referência.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia possibilitou a cada grupo municipal usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem, e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Tiago Paiva. -----

Entrou o membro Jorge Silva. -----

Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que informou ter uma questão a colocar, a qual lhe fora dirigida por um munícipe e dizia respeito à construção da variante norte da cidade. Referiu que o munícipe questionava se esta obra se encontrava atualmente em curso, se estava prevista no planeamento municipal e, em caso afirmativo, qual o calendário previsto para a respetiva execução. -----

Usou da palavra o membro **Marco Gonçalves** (PS), referindo que a sua intervenção dizia respeito à mobilidade nas escolas e, em particular, ao caos que, no seu entender, o Executivo causara na Escola Fernando Pessoa, no passado dia 3 de fevereiro, ainda que presumisse ter sido de forma inconsciente. Assinalou que nesse dia se verificaram grandes complicações de trânsito, considerando evidente que a experiência não resultara bem, uma vez que se acabara por regressar à situação inicial, mantendo-se o problema do estacionamento em segunda fila. -----

Observou que não é missão do Executivo educar os pais, embora tenha comentado ser bastante difícil inculcar a uma sociedade a responsabilidade de transmitir valores aos próprios filhos. Sublinhou que é inquietante assistir ao facto de as crianças terem de circular entre automóveis para aceder às carrinhas de transporte, aos autocarros ou aos veículos dos pais, frequentemente estacionados em segunda fila. Por esse motivo, considerou



que é necessária uma abordagem mais ampla do que a simples colocação de uma rotunda, de um semáforo ou de uma passadeira. Realçou que aquilo que motivou a sua intervenção foi a forma como o Executivo implementou o plano, sem, segundo referiu, prestar uma explicação clara sobre o mesmo. Assinalou que, enquanto encarregado de educação e representante da Associação de Pais daquela escola, tomou conhecimento da alteração ao trânsito através da rede social Facebook. Nessa medida, questionou se a referida alteração não deveria ter sido submetida à Assembleia Municipal ou à Assembleia de Freguesia, à semelhança do que sucederia nos pontos 7, 8 e 9 da ordem de trabalhos da presente sessão, que versavam precisamente sobre alterações às posturas de trânsito. -----

Acrescentou que presumia ter sido realizado um estudo sobre a matéria, pelo que questionava quais as conclusões obtidas que sustentavam a decisão de implementar um sentido único de circulação numa zona onde, no seu entender, não existia qualquer solução para o escoamento do tráfego. Considerou que a medida tomada fora completamente descabida e, nesse contexto, manifestou interesse em saber por que razão o assunto não fora trazido previamente à Assembleia para discussão com os eleitos. Questionou ainda quais eram as intenções da Câmara relativamente à resolução do problema, pois, caso nada fosse alterado, o problema persistiria. -----

Concluindo, perguntou se a reversão da alteração ao trânsito se devia ao alerta feito pela Associação de Pais, ou se a Câmara já se encontrava atenta à situação antes disso. Reforçou o seu desejo de obter esclarecimentos quanto ao momento e aos planos que o Executivo tinha para resolver os problemas de mobilidade naquela zona escolar. -----

Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS), referindo que a sua intervenção se relacionava com a necessidade de obter respostas a duas questões anteriormente levantadas nesta Assembleia, que, no seu entender, requeriam resolução célere, imediata e urgente, mas que, passados já vários



meses, continuavam sem solução. -----

A primeira questão dizia respeito ao munícipe Herlander Correia, que havia partilhado a sua dificuldade em aceder à própria habitação devido a falhas recorrentes no funcionamento do elevador. Recordou que, em resposta à situação, o Sr. Presidente da Câmara garantira que iria averiguar o problema de imediato com os técnicos municipais. No entanto, salientou que, tanto quanto sabia, a situação ainda não se encontrava resolvida, questionando o que faltava para garantir a resolução definitiva deste problema, que classificou como uma necessidade básica e um direito fundamental do munícipe. -----

A segunda questão prendia-se com a rede de transportes da Unir e com os problemas reportados em diversas freguesias do Concelho. Questionou se todas as questões levantadas há mais de um ano, na sessão da Assembleia de 16 de fevereiro de 2024, haviam, entretanto, sido solucionadas pela Área Metropolitana do Porto, e se havia agora sinais de que a rede de transportes estava verdadeiramente ajustada às necessidades da população. Recordou que, à data, fora assumido que tais necessidades não estavam a ser cumpridas, em particular no que dizia respeito à adequação dos horários para quem precisava de se deslocar para trabalhar, estudar ou ir a consultas médicas. Apontou também a importância da afixação e do cumprimento dos horários de chegada e partida dos autocarros, bem como da existência de paragens condignas. -----

Referiu ainda que, durante a Semana Europeia da Mobilidade de 2023, este tema fora igualmente abordado no âmbito do plano de mobilidade do Concelho, sendo então referido que o diagnóstico estava concluído e que o valor correspondente já constava no caderno de encargos. Nesse seguimento, questionou qual o ponto da situação atual e se, de facto, a rede de linhas se encontrava mais adequada às necessidades dos munícipes. ----

Acrescentou que, na qualidade de representante da população, tinha o dever de transmitir o descontentamento de alguns munícipes, sobretudo de



freguesias onde as dificuldades persistem. Comentou que, embora algumas pessoas tenham conseguido encontrar soluções alternativas, muitas vezes isso acontece à custa de grandes sacrifícios, levantando-se muito cedo para se deslocarem até Espinho, apanharem o comboio e, posteriormente, o metro. Sublinhou que existem trabalhadores cujo último autocarro disponível parte às 19 horas, situação que contrasta com o número mais alargado de horários anteriormente existentes. Especificou que se referia, em particular, à linha 2029, que, apesar de recentemente ter sofrido atualizações, continuava a não dar resposta satisfatória à população. Realçou a inexistência de ligações diretas para Gaia ou para o Porto, obrigando os utentes a fazer transbordo nos Carvalhos, onde não existe qualquer interface nem paragens com condições mínimas de conforto. ----- Alertou para o facto de estas pessoas esperarem por uma solução há já 14 meses, e que, entretanto, embora algumas tenham conseguido reorganizar as suas rotinas, isso tem representado um custo elevado em termos financeiros e emocionais. Deu o exemplo de doentes que, no espaço de um ano, gastaram cerca de mil euros apenas em deslocações para a interface de Lourosa. ----- Concluiu apelando ao Sr. Presidente da Câmara para que ouvisse os munícipes e para que se encontrasse, com urgência, uma solução viável para o problema, sugerindo como alternativas a utilização de minibus, carrinhas ou mesmo o modelo de transporte a pedido, já existente em alguns concelhos.-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND), que começou por abordar a situação do Mercado Municipal, referindo que a pintura das palas já se encontrava concluída. Reconheceu como positiva a instalação de novas instalações sanitárias, mas manifestou estranheza face à resistência que, segundo disse, tem havido relativamente à instalação de arcas frigoríficas, o que tem inviabilizado o funcionamento de atividades económicas essenciais,



como o talho e a peixaria. Questionou, nesse sentido, qual foi, afinal, o propósito da obra e onde foram aplicados os cerca de dois milhões de euros investidos. -----

Relativamente à rede de transportes da Unir, referiu ter-lhe sido transmitida uma situação preocupante, registada especialmente na freguesia de Souto: o motorista responsável pelo circuito da manhã não deixa, à tarde, as crianças nas mesmas paragens, obrigando-as a sair num local com condições de segurança insuficientes, numa estrada nacional, o que poderá representar um risco de acidente. -----

Recordou que, na sessão anterior desta Assembleia, tinha solicitado documentação e informações sobre a demolição de telheiros na zona de Picalhos, lamentando não ter obtido qualquer resposta até ao momento. Perguntou, assim, qual a razão para a demora.-----

Mencionou, de seguida, a construção de um prédio na Rua da Relva, questionando em que moldes foi aprovada, quem licenciou a obra e por que razão está a ser construído um edifício multifamiliar numa zona predominantemente constituída por moradias unifamiliares. Nesse contexto, questionou ainda se o Plano Diretor Municipal é aplicado de forma uniforme em todo o concelho ou se existem exceções. -----

Apontou depois a existência de demoras significativas nos processos de aprovação de projetos e licenças urbanísticas, que, segundo informações que recebeu, podem arrastar-se por mais de um ano, originando legítimas queixas de projetistas, construtores e investidores. Considerou que esta situação está a afastar o investimento do concelho, e lamentou que, após o falecimento do vereador José Manuel Oliveira, se tenha instalado uma desorganização no departamento de Urbanismo, que anteriormente era reconhecido pela sua competência. Questionou qual é, então, a origem desta morosidade, se se trata de falta de técnicos ou de outro fator, e que medidas estão previstas para ultrapassar o problema. -----

Abordou também a colocação de mecos na Rua 1.º de Maio, afirmando que



foi interpelado por diversos munícipes quanto ao motivo da sua instalação, não tendo conseguido dar uma resposta clara. Referiu que uma situação semelhante ocorreu na Rua Doutor Manuel Laranjeira, junto à Escola Fernando Pessoa, onde os mecos foram colocados e retirados em momentos distintos, sem se compreender o racional por detrás dessas decisões, sobretudo considerando que o trânsito acabou por voltar à configuração inicial. -----

Questionou ainda se existe um plano de poda das árvores na Rua 25 de Abril, referindo a queda recente de uma árvore que, por sorte, caiu na zona de estacionamento, sem causar danos pessoais. Manifestou preocupação com a possibilidade de acidentes caso situações semelhantes ocorram noutros locais, e perguntou quem é o responsável por esse plano e por que razão ainda não foi executado. -----

Levantou também a questão da manutenção preventiva das sarjetas, observando que os entupimentos são recorrentes nesta altura do ano, frequentemente nos mesmos pontos, o que, no seu entender, demonstra falta de planeamento e de eficácia na resolução do problema. -----

Por fim, referiu-se à situação das caixas de visita de saneamento localizadas nas traseiras do Hospital de São Sebastião, junto à tenda que está a ser utilizada como refeitório, as quais se encontram sem tampas, provocando maus odores. Salientou a gravidade da situação, atendendo à proximidade de uma unidade hospitalar, e pediu ao Sr. Presidente da Câmara que possa interceder junto da direção do hospital, uma vez que os funcionários já apresentaram diversas reclamações e o problema continua por resolver. Realçou que não está a solicitar uma intervenção direta da Câmara, mas sim uma mediação institucional. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL), começando por referir que a Iniciativa Liberal não recebeu resposta a nenhum dos requerimentos apresentados desde novembro de 2023. Considerando inadmissível esta



ausência de respostas, afirmou que deixará de dirigir os pedidos à Câmara e passará a apelar diretamente à Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, no sentido de defender os interesses deste órgão e exigir que as respostas sejam prestadas em tempo útil. -----

Abordou em seguida os atrasos na revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), recordando que a Câmara Municipal deliberou o início do processo em 25 de março de 2019, fixando um prazo de 13 meses para a sua execução. No entanto, em 2025, o documento continua por concretizar. Questionou, por isso, as razões deste atraso e quando será finalmente apresentado. -----

Sobre a linha ferroviária do Vale do Vouga, referiu as declarações recentes do Secretário de Estado das Infraestruturas quanto à possível mudança de bitola e eletrificação, recordando que esta era uma intenção antiga, mas nunca concretizada. Questionou se há agora algo efetivamente em curso ou se se trata apenas de mais uma promessa sem seguimento. -----

Relativamente ao plano de mobilidade municipal, cujo diagnóstico já foi apresentado, perguntou quando será concluído e tornado público. -----

Referiu ainda o processo de desagregação de freguesias, perguntando se a Câmara dispõe de informações atualizadas sobre a sua viabilidade em tempo útil, nomeadamente no que respeita à sua aprovação e aos calendários legislativos. -----

Mencionou a concessão da gestão de cerca de 650 mil metros quadrados de espaços verdes do concelho por um valor de 607 mil euros, por um período de três anos, e questionou o destino dos serviços municipais que anteriormente asseguravam essa função, como jardineiros e equipamentos, perguntando se serão descontinuados ou redirecionados para outras áreas.

Por fim, pediu esclarecimentos sobre concursos públicos que ficaram desertos ou não foram adjudicados, nomeadamente o projeto de requalificação urbana da zona da Cruz/EN 223 e o projeto referente ao Castelo, questionando se existem soluções previstas ou se será necessário lançar novos concursos.-----



Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), começando por questionar se a responsabilidade pelos horários da rede de transportes unirá é do Município ou da própria empresa. Recordou que já havia levantado esta questão em sessões anteriores, tendo então sido informado pelo Sr. Presidente da Câmara de que estava a decorrer um concurso relativo à instalação dos mupis e à afixação dos horários, pelo que solicitou uma atualização sobre o ponto de situação desse processo.-----

Relativamente à mobilidade e à concessão do serviço de viaturas elétricas, vulgarmente conhecidas como trotinetes, referiu que o concessionário tem utilizado os passeios públicos como locais de estacionamento, sem qualquer sinalização específica, dificultando a circulação pedonal, sobretudo para pessoas com mobilidade reduzida. Questionou até que ponto esta situação não justificará uma intervenção do Município, no sentido de regularizar e ordenar o uso do espaço público, evitando os transtornos atualmente causados aos utilizadores da via pública.-----

Interveio o membro **Nuno Vieira** (CDU), começando por questionar à Câmara qual o ponto de situação relativamente ao denominado túnel da Cruz, sublinhando que é do conhecimento público que a elaboração do projeto de construção ainda não foi adjudicada.-----

Acrescentou que esta é uma preocupação que a CDU tem vindo a manifestar de forma reiterada, voltando, por isso, a questionar a razão pela qual a Câmara continua a optar pela contratação de empresas externas para a elaboração deste tipo de projetos.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos, começando por referir, relativamente à questão colocada pelo membro Tiago Paiva sobre a construção da variante Norte, que tinha alguma dificuldade em identificar a qual variante se referia. Esclareceu que o que se encontra atualmente em planeamento é a requalificação integral da



zona da Cruz até Picalhos, vulgarmente conhecida como túnel da Cruz, acrescentando que está igualmente em projeto a requalificação da Rua de Santo André, entre a rotunda do hospital e a rotunda junto ao supermercado Mercadona. Informou, ainda, que se encontra em curso a aquisição de terrenos para a futura Avenida Europa, atualmente em fase de estudo prévio, que será uma via paralela à Rua 5 de Outubro. -----
Referiu que, nos próximos anos, as prioridades em matéria de infraestruturas viárias e de obras de maior dimensão são precisamente estas, salientando que, embora no passado tenham sido equacionadas outras variantes, como a que ligaria a zona do Balteiro ao Castelo, essa hipótese foi abandonada, por ter sido, entretanto, desenvolvido um parque urbano que alterou radicalmente a configuração daquela área, o que, na sua opinião, constituiu uma melhoria. Referiu que, caso o membro Tiago Paiva conseguisse especificar qual a variante a que se referia, poderia então prestar um esclarecimento mais concreto sobre o respetivo ponto de situação. -----
Sobre a questão da alteração do trânsito junto à escola Fernando Pessoa, rejeitou a ideia de que as decisões tenham sido tomadas de forma inconsciente, como sugerido pelo deputado Marco Gonçalves, explicando que a alteração decorreu da preocupação manifestada por um grupo de pais relativamente à segurança do percurso pedonal até à escola, nomeadamente pela inexistência de passeios na Rua Manuel Laranjeira. Sublinhou que essa questão deverá ser considerada no plano a ser elaborado, decorrente da proposta apresentada pela Iniciativa Liberal e aprovada em sede de Assembleia. Destacou, ainda, como positivo o crescente número de pessoas que optam por deslocar-se a pé para as escolas, em detrimento do automóvel ou do transporte coletivo, tendência que considera benéfica para a cidade. -
Deu nota de que se realizou uma reunião com a Direção da escola e com a Junta de Freguesia, na qual foi acordado realizar um exercício de avaliação da solução implementada, o qual contou com o apoio técnico da Direção Regional de Viação e Transportes (DRVT) e com a colaboração da Polícia de



Segurança Pública. Esclareceu que a colocação de mecos se relacionou com a alteração do sentido de circulação da via, medida que permitiu alargar a área pedonal numa zona onde o passeio era particularmente estreito, com menos de 1,5 metros de largura. Comentou que essa medida surgiu após a ocorrência de um incidente com uma criança, que acentuou a preocupação existente.-----

Referiu que, nessa fase experimental, se pretendeu observar o impacto da alteração na fluidez do trânsito, nomeadamente nas horas de ponta, na forma como os encarregados de educação estacionavam e circulavam, e nos efeitos para os residentes da zona, especialmente de Macieira, que utilizam aquele trajeto para aceder à cidade. Sublinhou que acompanhou pessoalmente a situação, tendo percorrido a zona nos períodos mais críticos, após o que reuniu com a Associação de Pais e com o diretor da escola para analisar os resultados. A decisão conjunta foi a de reverter a alteração, uma vez que se verificaram tempos de espera mais prolongados para os pais e dificuldades acrescidas para os automobilistas que pretendiam seguir para Travanca sem passar pela escola.-----

Enfatizou, no entanto, que a segurança das crianças e dos peões continuará a ser uma prioridade, informando que já decorrem negociações com o principal proprietário da zona para a demolição de muros e a construção de um passeio com 1,5 metros de largura, desde o início da Rua José Soares Sá até ao passadiço, com prolongamento até Macieira, respondendo a um pedido frequente da população de Souto, em particular daquela localidade. Reforçou que nada foi feito de forma leviana, antes se tratou de uma abordagem baseada em testes práticos prévios à adoção de soluções definitivas, estratégia que, segundo afirmou, deverá ser repetida sempre que necessário. Exemplificou com a experiência em Paços de Brandão, onde se testaram medidas semelhantes, com resultados mistos. Explicou que, caso a solução tivesse sido eficaz, seria então submetida a aprovação formal através de proposta em reunião de Câmara, com parecer da Junta de



Freguesia e posterior apresentação à Assembleia Municipal, mas que, sendo uma intervenção provisória, tal processo não era exigido. -----
Acrescentou que a situação relativa ao trânsito está agora ultrapassada, estando em fase de resolução a questão da segurança pedonal. Informou que a Associação de Pais solicitou, ainda, o reforço da fiscalização da Polícia de Segurança Pública para impedir o estacionamento na rotunda e nos lugares destinados aos autocarros, práticas que têm causado significativos constrangimentos. Referiu que os mecos foram removidos com o restabelecimento da circulação nos dois sentidos, tendo sido colocadas lombas redutoras de velocidade na zona da ciclovia e numa passadeira mais a norte, a pedido da comunidade escolar, medida com a qual a Câmara concordou. Por fim, assegurou que a alteração de trânsito foi devidamente comunicada à Polícia de Segurança Pública, que acompanhou todo o processo, à semelhança do que sucede em eventos como a Viagem Medieval, onde se aplica um modelo semelhante de gestão provisória do tráfego. -----
Relativamente à questão colocada pela deputada Alexandra Sousa, sobre a situação do munícipe Herlander Correia, o Sr. Presidente da Câmara confirmou que os serviços municipais contactaram o munícipe logo nos dias seguintes à exposição feita. Informou que a Câmara resolveu a questão do estacionamento e manifestou intenção de construir a rampa de acesso, tendo, para esse efeito, contratado uma empresa. No entanto, esta acabou por recusar realizar a obra, o que obrigou ao início de um novo processo de contratação de outra entidade para execução dos trabalhos. Sublinhou que a Câmara está a prestar um apoio adicional, atendendo à situação concreta de dificuldade em que o cidadão se encontra, frisando que, em rigor, a responsabilidade pela construção da rampa poderia recair sobre o próprio condomínio. Todavia, considerando que o condomínio poderia demorar a intervir, a autarquia decidiu assumir a iniciativa, de forma a garantir uma resposta célere e eficaz.-----
Relativamente à questão da rede Unir, o Sr. Presidente da Câmara explicou



que esta é uma empresa concessionária de transportes, à semelhança de outras como a Indaqua ou a E-Redes. Esclareceu que, desde 31 de janeiro, a gestão da rede passou a estar sob a responsabilidade da empresa Transportes Metropolitanos do Porto (TMP), frisando que, embora os assuntos relativos à rede Unir possam ser discutidos nesta Assembleia, os utentes devem, preferencialmente, dirigir-se diretamente à TMP, entidade que dispõe de um conselho de administração e de uma equipa técnica preparada para responder às questões. Informou ainda que a Câmara Municipal já iniciou um diálogo com a TMP, reconhecendo que, embora persistam alguns constrangimentos, a situação está bastante mais estável do que há um ano. -----

Relativamente à linha 2029, referiu que tem conhecimento das preocupações manifestadas por uma munícipe de Santa Maria de Lamas, acrescentando, no entanto, que não se deve transformar um caso específico num problema generalizado das 96 linhas existentes no Concelho. Sublinhou a importância de atender com sensibilidade a situações concretas, mas advertiu para os riscos de generalização, recordando que “a árvore não faz a floresta”. Ainda assim, garantiu que a Câmara está empenhada em resolver os problemas identificados nessa linha. -----

No que diz respeito aos posteletes informativos, comunicou que o processo de colocação já se iniciou, começando, salvo erro, pela freguesia de Milheirós de Poiares, tendo-se estendido recentemente ao Vale e a Romariz, estando prevista a sua instalação progressiva nas restantes freguesias do Concelho nos próximos meses. -----

Relativamente às paragens de autocarro, o Sr. Presidente da Câmara considerou surpreendente que essa questão fosse levantada, uma vez que esta Assembleia aprovou, recentemente, o contrato de concessão dos espaços publicitários, como os outdoors, por um período de dez anos. Esclareceu que uma das contrapartidas previstas no contrato com a empresa concessionária é a substituição de todos os abrigos de passageiros



nos primeiros meses da concessão. Informou que, nos próximos meses, a empresa vencedora iniciará a instalação dos novos abrigos, mais adequados e com as características previamente definidas pela Câmara Municipal.-----
Em relação ao Mercado Municipal, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a ausência de talhos e peixarias resultou de uma decisão ponderada, tomada em articulação com os arquitetos e engenheiros responsáveis pelo projeto. Explicou que as exigências legais e técnicas associadas a esse tipo de estabelecimentos são incompatíveis com as características de um edifício classificado, como é o caso do Mercado Municipal. Acrescentou que, atualmente, muitos mercados já não seguem o modelo tradicional de ter permanentemente talhos e peixarias, pelo que essa solução foi considerada a mais adequada. Quanto ao investimento realizado, comentou que, embora seja frequente ouvir a afirmação de que foram gastos 1 milhão de euros, já há quem fale em 2 milhões. Garantiu, no entanto, que todos os custos estão devidamente registados e comprovados nos documentos oficiais e autos de medição. Rejeitou a ideia de que o edifício apenas foi pintado, sublinhando que se tratou da recuperação de uma das joias da arquitetura contemporânea portuguesa, da autoria do arquiteto Fernando Távora, uma obra que tem merecido reconhecimento nacional e internacional. Referiu, a título de exemplo, que a Câmara recebeu recentemente o pedido de uma universidade finlandesa para visitar o Mercado.-----

Enumerou, entre os trabalhos realizados, a renovação integral das redes de água, das infraestruturas e das telecomunicações, a instalação de contadores independentes, a remodelação dos sanitários, a melhoria das acessibilidades, a reposição do repuxo de água original, bem como a reconstrução do piso e da escadaria em granito. Destacou ainda a intervenção cuidada nos materiais e nos painéis decorativos, incluindo alguns desenhados pelo arquiteto Siza Vieira, e a substituição de todos os telhados, com uma tipologia de telha rara, existente apenas neste edifício. Lamentou a ligeireza com que se desvaloriza a intervenção, frisando que se



tratou de uma reabilitação profunda, respeitadora da obra original e do valor patrimonial do edifício. -----

Sobre a questão da demolição de telhados em Picalhos, disse ser verdade que tinha a indicação de que uma resposta deveria ter sido dada, acrescentando que a questão está a ser analisada pelo departamento jurídico do pelouro do Urbanismo, para informação.-----

Relativamente à Rua da Relva, o Sr. Presidente da Câmara mencionou que não conseguia identificar o edifício em questão, mas garantiu que o licenciamento tinha sido cumprido. Informou que a Câmara responderia por escrito ao membro Miguel Branco, uma vez que não dispunha, naquele momento, da informação técnica necessária.-----

O Sr. Presidente sublinhou que a Câmara tem feito um grande esforço para agilizar o atendimento municipal e garantiu que não há desinteresse pelo investimento na cidade. Pelo contrário, a pressão para investir em Santa Maria da Feira, especialmente no setor da construção, está a colocar desafios aos serviços de Urbanismo. Reconheceu a falta de recursos humanos e as dificuldades em contratar mais profissionais para as áreas técnicas, um problema comum também noutras câmaras municipais. No entanto, assegurou que a procura pelo território de Santa Maria da Feira, especialmente para a construção de casas e apartamentos, está a aumentar. Comentou ainda que não iria aprofundar a questão do desenvolvimento económico, mas que esta situação reflete o crescente interesse pela região.-
Quanto aos mecos, o Sr. Presidente afirmou que já havia abordado o tema anteriormente. -----

Em relação às sarjetas, o Sr. Presidente esclareceu que, embora a Câmara tenha uma responsabilidade partilhada, a principal incumbência recai sobre as juntas de freguesia. Estas últimas estão especialmente focadas nas zonas com maior risco de inundação. A manutenção das sarjetas é realizada em estreita colaboração entre a Câmara e as juntas de freguesia, garantindo uma gestão mais eficiente e eficaz das águas pluviais. -----



Em relação à poda das árvores na Rua 25 de Abril, o Sr. Presidente informou que a intervenção já estava em curso há 4 ou 5 dias e que, pessoalmente, tinha verificado o andamento da poda. Quanto à situação do hospital, mencionou que a questão havia sido noticiada publicamente e que o presidente do hospital havia garantido que o problema seria resolvido em poucas semanas. Adicionalmente, esclareceu que, assim que a Câmara tomou conhecimento da notícia, se disponibilizou para oferecer apoio na resolução da situação, caso fosse necessário. -----

Relativamente às questões levantadas pelo membro Carlos Martins, especialmente sobre o PDM, o Sr. Presidente explicou que, em 2019, foi aprovada uma alteração parcial ao PDM, focada no solo urbanizável, e que, em 2021, se decidiu concluir essas alterações parciais, avançando para uma revisão global do PDM. O Sr. Presidente forneceu um ponto de situação sobre o processo de revisão, esclarecendo que, na CCDR Norte, com a qual a Câmara interage, 18 municípios de pequena dimensão já concluíram o seu processo de revisão, enquanto 68 municípios ainda não o haviam feito. Destacou que essa demora se deve à necessidade de solicitar pareceres a mais de 30 entidades externas e agendar reuniões com a CCDR, o que demora o seu processo. Ressaltou que, embora a Câmara desejasse já ter o PDM aprovado, não está em atraso em relação à maioria dos municípios da Região Norte, e que espera que, dentro de 2 ou 3 meses, seja possível abrir a consulta pública do PDM. -----

Em relação à Linha do Vale do Vouga, o Sr. Presidente informou que houve uma reunião com o Sr. Ministro da Coesão Territorial, e que o que está em aberto, e que o Ministério das Infraestruturas já havia iniciado, é um estudo de tráfego para essa linha. Salientou ainda que foi confirmado que a linha do Vale do Vouga, entre Oliveira de Azeméis e Espinho, será em bitola ibérica, com um interface na zona de Espinho. Esclareceu que, ao referir-se a “interface”, não estava a falar de um edifício, mas sim de uma ligação direta à linha do Norte. Destacou que o assunto ainda está em discussão,



principalmente devido à preocupação do Município de Espinho sobre o impacto no campo de golfe. -----

Em relação à questão sobre o plano de mobilidade, o Sr. Presidente da Câmara informou que o plano já foi discutido e aprovado pela Câmara Municipal, podendo ser remetido para a Assembleia Municipal. Esclareceu que não haverá dispensa de nenhum dos funcionários das brigadas de jardins e espaços verdes, sublinhando que, na verdade, há até a necessidade de aumentar a equipa, pois, a Câmara assumiu a requalificação da Quinta do Castelo, que anteriormente não estava sob sua responsabilidade, e agora também gere toda a área de espaços verdes do vale do rio Cáster e da zona do rio Uíma, que exigem manutenção. Acrescentou que foi adjudicado um novo passadiço no valor de 1 milhão e 600 mil euros, que ligará Caldas de São Jorge a Nadais, em Escapães, e destacou que este concurso não ficou deserto, tendo sido adjudicado com sucesso. Ressaltou que todos esses novos projetos estão a colocar pressão na Câmara, especialmente em termos de manutenção dos espaços verdes, o que justifica a necessidade de recorrer a entidades externas e de reforçar as brigadas, deixando claro que a Câmara não está a considerar prescindir desses serviços. -----

Quanto aos concursos que ficaram desertos, mencionou que isso gerou uma polémica nas redes sociais, que rapidamente se espalhou pela comunicação social, o que é característico do período eleitoral ou pré-eleitoral. Referiu que, em 2024, a Câmara lançou 43 concursos públicos para empreitadas, no valor total de cerca de 16 milhões de euros, dos quais 5 ficaram desertos ou foram extintos, incluindo o concurso para a 2.^a fase das obras do Castelo, no valor significativo de cerca de 3 milhões de euros. Destacou que houve grande preocupação em relação ao desmoronamento ocorrido durante a obra já realizada no Castelo, com críticas direcionadas à Câmara, questionando quem assumiria os custos, mas salientou que a empreitada decorreu dentro dos valores estipulados, o que reflete a responsabilidade de quem assumiu o trabalho, sem que a Câmara fosse culpada. -----



Informou que, até o momento, em 2025, a Câmara já lançou ou está prestes a lançar, assim que seja aprovada a incorporação do saldo de gerência, mais 10 novos processos de empreitada, no valor de cerca de 7 milhões e meio de euros. Salientou ainda que, ao analisar o estado dos concursos públicos no país, esta situação é uma dificuldade transversal aos municípios, mencionando que outras câmaras, como as de Viana do Castelo, Azambuja, Tomar, Arouca, São João da Madeira e Porto, também enfrentaram a mesma situação, com concursos a ficarem desertos. Atribuiu este problema ao elevado volume de investimentos realizados pelas autarquias e pelo Estado, especialmente com os projetos do PRR, que devem ser concluídos até 2026, sendo ainda acrescido o programa Portugal 2030. -----

O Sr. Presidente da Câmara explicou que, no caso do túnel da Cruz, devido à especificidade técnica da obra, não é qualquer empresa que pode candidatar-se. Sublinhou que estão em causa a construção de duas rotundas, uma delas de acesso ao nó da autoestrada, com milhares de carros a passar, além da execução de uma obra de arte, que é o túnel, e de uma praça que será projetada para integrar e harmonizar a área urbana. Acrescentou que, embora tenha ouvido alegações de que nada estava feito, isso não corresponde à realidade, esclarecendo que foi realizado um estudo prévio, o qual foi apresentado à Infraestruturas de Portugal, homologado e visado por esta entidade. Informou que todas as peças procedimentais para a abertura do concurso, com o objetivo de selecionar a equipa de projetistas, foram aprovadas, validadas e secundadas pela Infraestruturas de Portugal, que afirmou estar de acordo com o processo. Reforçou que a Infraestruturas de Portugal conta com os técnicos, engenheiros e arquitetos mais credenciados do país para este tipo de infraestruturas, e destacou que a equipa técnica do Município trabalhou em estreita colaboração com a equipa técnica da Infraestruturas de Portugal, garantindo que todos os procedimentos foram realizados com base nesta parceria técnica. ----- Quanto ao que se seguirá, o Sr. Presidente indicou que há duas



possibilidades. A primeira é que possa surgir um interessado disposto a adjudicar pelo preço proposto, o que permitiria proceder por ajuste direto, conforme previsto no Código da Contratação Pública. Caso isso não aconteça, a Câmara já está a analisar, em colaboração com a Infraestruturas de Portugal, a necessidade de aumentar o preço base, retirar algumas cláusulas do caderno de encargos ou ajustar determinados pedidos. Frisou que será a Infraestruturas de Portugal a responsável por decidir qual a melhor abordagem, para, em seguida, reabrir o concurso com o objetivo de selecionar a equipa de projetistas.-----

O Sr. Presidente afirmou que não se deve criar confusão, nem afirmar, como foi dito inicialmente, que a Câmara havia desistido de construir o túnel da Cruz, pois isso não é correto. Comentou que o vereador Sérgio Cirino fez a pergunta adequada na reunião de Câmara, ao questionar quanto tempo o processo seria atrasado e se isso configurava um contratempo. Confirmou que, de fato, se trata de um contratempo, mas acrescentou que ninguém pode garantir que, ao reabrir o concurso, ele não volte a ficar deserto, dada a atual situação no país. No entanto, destacou que, apesar desses contratempos, nenhuma das obras prioritárias será abandonada, garantindo que a Câmara vai prosseguir com os projetos essenciais, mesmo com os atrasos ocasionados. Explicou que essa era a situação atual em relação ao túnel da Cruz e que, assim, também estava respondendo ao membro Nuno Vieira, da CDU, que levantou a mesma questão. -----

Sobre os quadros técnicos e a necessidade de recorrer a empresas externas, o Sr. Presidente informou que atualmente estão em andamento mais de 170 projetos de execução, enquanto a autarquia conta com apenas 4 engenheiros civis. Devido ao grande volume de projetos e obras em curso, é necessário recorrer a empresas externas, e a Câmara continuará a fazer isso. Citou o exemplo do túnel da Cruz, enfatizando a complexidade do projeto, o que levou à contratação de empresas com maior especialização, tal como ocorre na construção de unidades de saúde familiar ou de escolas. Reforçou que a



Câmara continuará a contratar empresas externas quando necessário, além do trabalho executado pela Divisão de Estudos e Projetos (DEP). -----

Quanto à questão dos postaletes, reiterou que já havia dado a devida explicação. -----

Relativamente à questão do estacionamento das trotinetes, o Sr. Presidente afirmou que se trata também de uma questão de cidadania. Ressaltou que o concurso para as trotinetes elétricas acabou por ficar deserto, refutando a crítica de que a adjudicação já estava decidida de antemão, pois essa afirmação não se concretizou. -----

Relativamente ao processo de desagregação das freguesias, o Sr. Presidente esclareceu que a Câmara detém a mesma informação que foi divulgada pela comunicação social, ou seja, todas as uniões de freguesias do Concelho, com exceção das áreas urbanas de Santa Maria da Feira, estão em condições para ser desagregadas, uma vez que o PSD anunciou a intenção de reconfirmar a lei em parceria com o PS e outros partidos, o que, segundo o Sr. Presidente, ocorrerá no dia 5 de março. Com isso, o processo estará concluído a tempo de ser implementado nas próximas eleições autárquicas, sendo esta a expectativa que tem sido manifestada pelos diversos órgãos autárquicos. -----

Por fim, o Sr. Presidente considerou relevante, ainda que não tenha sido especificamente questionado sobre o tema, informar sobre a abertura de três novas Unidades de Saúde Familiar. Quanto ao posto de saúde do Vale, o Sr. Presidente informou que, após o diálogo com a ULS, este continuará em funcionamento e será sujeito a obras de recuperação. Lembrou, ainda, que a responsabilidade sobre os edifícios de saúde passou para o Município há pouco mais de um ano e meio. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Atas: -----

- Ata N.º 22 – Sessão Extraordinária de 28 de novembro de 2024 -----



- Ata N.º 23 – Sessão Ordinária de 29 de novembro de 2024 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros as atas em epígrafe, que lhes foram oportunamente disponibilizadas, dando nota que os membros que não estiveram presentes nas referidas sessões não participam na sua votação. -----

- Ata N.º 22 – Sessão Extraordinária de 28 de novembro de 2024 -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 29 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Jorge Paulo Pereira, Joana Ribas, António Ferreira, Manuel Ferreira Santos, Célia Soares, Tiago Paiva, Carlos Martins, Nuno Vieira, Manuel Pereira dos Santos, Minervina Rocha, António Valdemar Ribeiro, César Resende, Armando Teixeira, Carmino Bastos, José Carlos Silva, Rui Rios, Avelino Costa, Nuno Joel Rocha, André Vivas Rocha, Nuno Albergaria, Maximino Costa, José Carlos Martins, Alberto Tavares e Francisco Andrade. -----

- Ata N.º 23 – Sessão Ordinária de 29 de novembro de 2024 -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 40 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Joana Ribas, António Ferreira, Carlos Seixas, Manuel Ferreira Santos, Rosa Silva, Alexandra Sousa, Tiago Paiva, Nuno Vieira, Manuel Pereira dos Santos, Ricardo Oliveira, Carmino Bastos, Avelino Costa e David Neves. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 2.345, em 13/02/2025, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao I Relatório de 2025, o qual sintetiza



a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal.-----

O membro **Daniel Gomes** (PS) interveio para assinalar que, ao analisar o documento relativo ao ano de 2024, verificou que a receita proveniente dos principais impostos municipais aumentou em 600 mil euros, comparativamente ao ano anterior. Destacou que esse aumento contradiz a afirmação do Sr. Presidente da Câmara, que, na discussão sobre os impostos municipais, havia defendido que as câmaras municipais estariam a perder receitas. Expressou a sua preocupação com a despesa, destacando que, entre 2021 e 2024, a despesa total paga aumentou em 30 milhões de euros. Apontou que o aumento das despesas com pessoal foi de 12 milhões de euros, o que implica que a despesa não relacionada com pessoal aumentou em mais de 18 milhões de euros no mesmo período. Questionou, assim, o Sr. Presidente da Câmara sobre a necessidade de reduzir parte dessas despesas correntes, antes que a situação se torne insustentável.-----

O membro **Nuno Vieira** (CDU) usou da palavra para questionar sobre o transporte escolar, mencionando que, de acordo com informações obtidas, a Câmara teve um gasto de cerca de 310 mil euros com essa questão. Perguntou ao Executivo se, tendo em conta a transferência de verbas da Câmara Municipal para a Unir, não seria da responsabilidade da Unir assegurar esses transportes e como a Câmara tenciona ser ressarcida por esse valor.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra e, em relação à questão do transporte escolar, explicou que esta está relacionada com os circuitos especiais de transportes, especificamente para os alunos com necessidades educativas especiais, uma competência diretamente atribuída à Câmara Municipal, e não à Unir.-----



Em seguida, solicitou à Sra. Vereadora Sónia Azevedo que esclarecesse a questão levantada pelo membro Daniel Gomes. -----

Usou da palavra a Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, que, sobre o aumento da despesa corrente entre 2021 e 2024, explicou que este se deve, principalmente, à transferência de competências nas áreas da saúde e da educação. Destacou que, além das despesas com pessoal, os custos com as refeições escolares e os transportes também aumentaram, especialmente devido ao aumento de competências nessas áreas, o que provocou um aumento substancial dos custos. O Sr. Presidente da Câmara reforçou que a sustentabilidade das autarquias é uma preocupação, e que, por essa razão, os autarcas frequentemente discutem a necessidade de reformulação da Lei das Finanças Locais.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência.

Saíram os membros Marco Jesus e Manuel Ferreira Santos.-----

3 – Procedimento Simplificado de Reclassificação do Solo – proposta de Reclassificação do Solo Rústico para Solo Urbano com a categoria de espaço de atividades económicas-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual solicitou que fosse a Sra. Vereadora do Pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade, **Ana Ozório**, a explanar o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 17 de fevereiro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----






Interveio o membro **Tiago Paiva** (BE), que afirmou que o Bloco de Esquerda não se opunha, de forma alguma, a medidas que contribuíssem para aumentar a capacidade do Município de atrair investimento e empregos qualificados. Salientou que tinha várias questões a colocar relativamente ao procedimento e à queixa apresentada por cidadãos, mas reconheceu que essas dúvidas haviam sido esclarecidas pela Sra. Vereadora Ana Ozório, na sua intervenção. Nesse contexto, referiu presumir que qualquer dúvida relacionada com a viabilidade do solo seria devidamente clarificada pelo parecer ambiental que teria de ser emitido aquando da execução da obra. -- No que dizia respeito à reclamação apresentada pelos cidadãos, o membro esclareceu que, ao promover uma discussão política centrada na transparência, o Bloco de Esquerda não pretendia, de forma alguma, insinuar qualquer suspeição ou falta de idoneidade por parte dos agentes políticos envolvidos. Sublinhou tratar-se de uma questão de transparência, uma pergunta legítima que exigia uma resposta, a qual poderia perfeitamente ser dada. Comentou ainda que as discussões sobre a natureza e os fundamentos destes procedimentos eram, do seu ponto de vista, muito mais relevantes do que qualquer debate centrado na idoneidade individual das pessoas. -----

Referiu que, na análise feita à queixa dos cidadãos, o Bloco de Esquerda constatara, embora de forma pouco clara, concisa e concreta, a formulação da hipótese de terem existido interesses de natureza imobiliária nas transações ou nas operações realizadas nos terrenos em questão. ----- Por fim, questionou o Executivo sobre se existia alguma preocupação relativamente à possibilidade de esses interesses imobiliários poderem ter influenciado o processo, deixando claro que a sua pergunta era meramente informativa. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), que começou por comentar, relativamente à reclassificação do solo, que os procedimentos pareciam ter



sido elaborados à medida da Lufthansa, observando que esse tipo de abordagem, geralmente, não é o mais desejável, uma vez que sugere que o Município não se encontrava devidamente preparado para esta situação. Considerou, de forma indutiva, que essa falta de preparação poderia repetir-se no futuro, mesmo perante investimentos de menor dimensão. -----

Mencionou que gostaria de compreender o que a autarquia está a planear para lidar com o aumento significativo do congestionamento na cidade, tendo em conta que o projeto prevê cerca de 700 postos de trabalho diretos, ou até mais, o que, inevitavelmente, terá impacto no tráfego urbano, agravado ainda pelo atual problema associado ao túnel da Cruz. Nesse sentido, questionou que medidas estão a ser ponderadas para responder a essa realidade. -----

Acrescentou que gostaria também de perceber se o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, que lhe parece estar centrado na cidade de Santa Maria da Feira, já contempla esta nova realidade. Comentou que, pelo que sabe, tal não estará ainda refletido, uma vez que, à data da elaboração do plano, aparentemente, o projeto da Lufthansa ainda não era conhecido. -----

Apesar das reservas manifestadas quanto ao processo, afirmou que o grupo municipal do PS votaria favoravelmente a reclassificação, reconhecendo a importância do investimento para a diversificação da economia local, historicamente muito dependente de setores tradicionais como a cortiça e o calçado. -----

Por fim, referiu a questão levantada pelo membro Tiago Paiva, relacionada com a eventual existência de interesses imobiliários no processo, salientando a importância de assegurar total clareza em relação a este tema, por forma a não comprometer a confiança no projeto. Considerou, por isso, relevante que fosse prestado um esclarecimento sobre o assunto. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** tomou da palavra para prestar os devidos esclarecimentos, começando por referir que a maioria das questões



colocadas se inseriam sobretudo no domínio político e não técnico. Afirmou desconhecer qualquer tipo de intervenção imobiliária no processo, excetuando o que considerou ser uma transação legítima entre agentes económicos — neste caso, a venda de um terreno por parte de um proprietário a um investidor de referência. Sublinhou que é essencial que as situações sejam devidamente concretizadas e esclarecidas antes de se construírem suspeitas infundadas. Reforçou que, no contexto do debate político, não deve ser aceite a prática de lançar insinuações vagas, como a possibilidade de haver problemas por esclarecer ou de receios de eventuais represálias por parte da autarquia, sublinhando que esse tipo de abordagem é contrário aos princípios de uma convivência democrática saudável. Considerou inaceitável que se tente lançar desconfiança sobre a atuação da Câmara através de suposições sem base factual.-----

Defendeu que é precisamente esse tipo de discurso que pode comprometer a confiança de investidores estratégicos, como é o caso da Lufthansa, frisando que este é um investimento de importância nacional, sujeito a um escrutínio apertado. Recordou que empresas desta dimensão trabalham com exigentes certificações ambientais, o que implica uma gestão rigorosa de prazos, riscos e procedimentos legais. Garantiu que todo o processo está a ser acompanhado de forma contínua pela Câmara Municipal, pelo Governo e pelos responsáveis técnicos da empresa.-----

No que respeita ao eventual aumento de congestionamento rodoviário, esclareceu que já decorrem reuniões técnicas entre a Lufthansa e os serviços municipais, procurando antecipar e mitigar eventuais impactos. Indicou que o aumento do tráfego não resulta exclusivamente da criação de 750 postos de trabalho, até porque, nas imediações, a empresa Forvia já emprega mais de 750 trabalhadores. Esclareceu que a principal preocupação prende-se com a circulação de veículos pesados, especialmente no que diz respeito aos acessos aos parques logísticos, questão essa que será devidamente considerada no projeto de implantação.-----




Quanto à mobilidade sustentável, destacou que a zona industrial do Lusopark já dispõe de soluções nesse domínio, incluindo ciclovias, que constituem um fator valorizado nas certificações internacionais que a Lufthansa pretende obter. Acrescentou que a empresa Forvia solicitou uma extensão da ciclovia até à entrada das suas instalações, proposta que está a ser analisada. Referiu ainda que a própria Lufthansa realizou um estudo detalhado sobre os modos de acesso ao local, abrangendo automóvel, trotinete, bicicleta e deslocações pedonais, o que demonstra o compromisso da empresa com soluções de mobilidade diversificadas e sustentáveis. -----
Concluiu a sua intervenção agradecendo o apoio dos diferentes grupos municipais ao projeto, reiterando tratar-se de um investimento estratégico para o concelho e para o país, cuja concretização trará benefícios duradouros para a economia local e para a criação de emprego qualificado.

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:31, PS:14, CDS-PP, IL, IND:2) e 2 abstenções (BE, CDU), ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 72.º-A do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, aprovar a proposta final constante do documento n.º 03/DP/2025, de 12 de fevereiro, objeto da deliberação camarária supraidentificada, determinando ainda que esta sua deliberação seja publicada na 2.ª série do Diário da República, em cumprimento do n.º 5 da citada norma e diploma legal. -----

Reentraram os membros Marco Jesus e Manuel Ferreira Santos. -----
Saiu o membro António Valdemar Ribeiro. -----

4 – Aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou



o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 10 de fevereiro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que começou por referir tratar-se de um ponto que serve de antecâmara à análise do Relatório e Contas, constituindo uma prerrogativa legal que permite integrar o saldo de gerência de forma antecipada.-----

Comentou que, embora já tivessem sido apresentados alguns números durante a sessão, não concordava integralmente com a leitura que fora feita, considerando que a transferência de competências, por si só, não justificava a totalidade da situação orçamental.-----

Referiu que, desde a tomada de posse do atual Presidente da Câmara, se verificaram alterações significativas na gestão orçamental, destacando alguns sinais que, em sua opinião, merecem preocupação. Enfatizou que o saldo de gerência, que nos anos anteriores vinha registando uma tendência de crescimento, registou, pela primeira vez em muitos anos, uma descida expressiva, passando de 60 milhões para 53 milhões de euros, o que representa uma quebra de 7 milhões de euros. -----

Assinalou igualmente que o saldo corrente, que anteriormente era sólido e permitia cobrir o défice do saldo de capital, já não o conseguia fazer, resultando num saldo primário deficitário. Sublinhou que essa realidade se verificava apesar de, segundo afirmou, os impostos municipais praticados em Santa Maria da Feira serem os mais elevados do distrito de Aveiro e dos mais altos da Área Metropolitana do Porto. -----

Acrescentou ainda que o volume de investimento inscrito no Plano de Atividades e Orçamento (PAC) não era, ao contrário do que por vezes se afirmava, o mais elevado de sempre, explicando que, comparando com os últimos três anos, havia uma diferença negativa de quatro milhões de euros. Concluindo, o membro Daniel Gomes considerou que estes indicadores



deveriam suscitar preocupação a todos os presentes, apelando à reflexão conjunta sobre os sinais que considera alarmantes na atual gestão orçamental do Município. -----

O Sr. Presidente da Câmara solicitou à Sra. Vereadora com o pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, que prestasse os devidos esclarecimentos. A vereadora começou por reconhecer que o saldo de gerência transitado era, de facto, inferior ao registado em anos anteriores, mas destacou que essa variação deve ser encarada de forma positiva, por refletir uma maior capacidade de execução orçamental, traduzindo um aproveitamento mais eficiente dos recursos disponíveis. -----

Relativamente às despesas correntes, referiu que já havia ilustrado a situação, anteriormente, com o exemplo das refeições escolares, mas reforçou a importância de se analisarem todas as rubricas associadas às transferências de competências. Explicou que, para além das refeições, se verificaram aumentos substanciais noutras áreas, como na segurança estática, com a colocação de vigilância em centros de saúde, e nos contratos de limpeza, cujo valor evoluiu, em apenas três anos, de cerca de 1 milhão para 5 milhões de euros anuais. -----

Especificamente quanto às refeições escolares, informou que está em preparação um novo procedimento concursal, com duração prevista de três anos e um valor global estimado de aproximadamente 15 milhões de euros. Sublinhou que se têm registado aumentos significativos noutros encargos operacionais, nomeadamente com eletricidade, água e rendas, todos decorrentes das novas responsabilidades assumidas no âmbito das competências descentralizadas. -----

No que respeita ao financiamento dessas novas competências, confirmou a existência de um défice, salientando que, na área da educação, esse défice ronda atualmente os 2 milhões de euros. Reiterou que, relativamente às



refeições escolares, o número de refeições servidas aumentou significativamente, e que a Câmara decidiu, em tempo oportuno, apostar na melhoria da qualidade das mesmas, mesmo que isso implicasse exceder o valor de referência atribuído pelo Governo. Referiu que essa aposta teve como objetivo responder às queixas anteriormente existentes, tendo essas, na sua maioria, desaparecido ou sido substancialmente reduzidas. -----
Sónia Azevedo afirmou que o Executivo assumiu uma política clara de reforço da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente em domínios que antes não integravam a esfera de competências municipais. Reconheceu que tal opção tem naturalmente impacto na despesa corrente, mas sublinhou que se trata de uma escolha estratégica, em linha com as expectativas da população e as exigências dos novos serviços assumidos. --
No que diz respeito aos recursos humanos, esclareceu que os vencimentos são definidos pela lei, mas que, ainda assim, a autarquia tem procurado reforçar as equipas, indo, em alguns casos, além dos mínimos exigidos. Justificou esta política com a necessidade de assegurar padrões de qualidade nos serviços públicos, nomeadamente nas áreas da educação e da saúde. Concluiu afirmando que, apesar de a descentralização ser ainda recente, o Município tem vindo a investir de forma significativa, quer ao nível da despesa corrente, quer no plano do investimento, procurando garantir uma resposta eficaz e digna aos novos desafios que enfrenta. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** tomou da palavra para responder às críticas formuladas, começando por destacar a incoerência de se criticar, num ano, os saldos de gerência por serem demasiado elevados e, no ano seguinte, apontar como problema o facto de os mesmos terem diminuído. Considerou que essa abordagem revela uma contradição política difícil de compreender, sublinhando que não se pode, em coerência, criticar por excesso e por defeito simultaneamente. -----

Sobre a acusação de que o orçamento seria eleitoralista, o Presidente



contrapôs que uma simples pesquisa no Google bastaria para confirmar que, na esmagadora maioria dos municípios do país, os orçamentos aumentaram nos anos eleitorais. Referiu que, em contraciclo com essa tendência generalizada, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira optou por reduzir o seu orçamento nesse mesmo ano, o que contraria a lógica subjacente à acusação feita. -----

Recordou ainda que, quando assumiu funções como Presidente da Câmara, não tinham decorrido ainda dois ou três meses e já o deputado municipal Daniel Gomes manifestava preocupações, insinuando que o Presidente Amadeu Albergaria não seria tão cuidadoso com a gestão financeira do Município. Referiu que, do ponto de vista político, compreende e aceita esse tipo de crítica, mas considerou importante sublinhar as reais intenções subjacentes a esse posicionamento. -----

O Presidente reforçou a pertinência das explicações prestadas pela Sra. Vereadora Sónia Azevedo, no que diz respeito às implicações da descentralização de competências e ao compromisso do Executivo com a qualidade dos serviços prestados. Deu como exemplo a receção de uma frota de 11 viaturas por parte da ARS Norte, que chegaram em condições que considerou indignas, motivo pelo qual a Câmara decidiu adquirir veículos novos, garantindo assim que os profissionais de saúde possam desempenhar as suas funções com dignidade e segurança. -----

Acrescentou que, se fossem tornados públicos os relatórios das comissões técnicas municipais sobre o estado das Unidades de Saúde Familiar, ficaria evidente que a autarquia terá de investir consideravelmente na melhoria das infraestruturas. Sublinhou que, sempre que é solicitado à Câmara o reforço de seguranças ou de assistentes operacionais, e sempre que o Município decide cumprir rácios que o Estado nunca cumpriu, isso acarreta naturalmente um aumento da despesa. Assinalou que o mesmo sucede na área da educação, onde o Executivo tem vindo a melhorar significativamente os serviços prestados à população, como é o caso das refeições escolares.



Concluiu manifestando a convicção de que todos reconhecerão a pertinência dessas melhorias e a legitimidade da opção política que as sustenta. -----

A Sra. Vereadora **Sónia Azevedo** tomou da palavra para acrescentar que, para além da questão da descentralização de competências, existe uma outra área que tem tido um impacto muito significativo nas despesas correntes do Município: a recolha e o tratamento de resíduos sólidos. Destacou que, desde 2021, os custos associados a essa área triplicaram, representando atualmente uma fatia bastante expressiva da despesa. -----
Referiu que as orientações do regulador seguem todas no sentido de que os custos devem ser integralmente repercutidos nos consumidores, sublinhando que o Município, ao optar por não o fazer, tem sido penalizado inclusive em sede de candidaturas. Explicou que essa penalização decorre do facto de a autarquia não estar a cumprir integralmente a regra de cobertura de custos. -----

Frisou ainda que esta é uma área particularmente onerosa, em que os encargos foram agravados de forma substancial, não apenas por via das exigências regulatórias, mas também pelos aumentos decorrentes da inflação, o que tem vindo a exercer pressão adicional sobre o orçamento municipal. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 39 votos a favor (PSD:30, PS:4 – Rui Rios, Valdemar Silva, Davis Neves e Francisco Andrade, CDS-PP, IL, CDU, IND:2) e 13 abstenções (PS:12, BE), aprovar o Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Saíram os membros Tiago Paiva e Rosa Silva. -----



5 – 1.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes-
A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 10 de fevereiro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD:30, PS:15, CDS-PP, IL, IND:2) e 1 abstenção (CDU), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentraram os membros Tiago Paiva e Rosa Silva.-----

Saíram os membros José Castro e Armando Teixeira.-----

6 – Identificação das áreas urbanizáveis ou de urbanização programada para efeitos do n.º 4 do artigo 199.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação atual-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual solicitou que fosse a Sra. Vereadora do Pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade, **Ana Ozório**, a explanar o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 10 de fevereiro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----



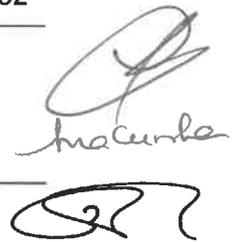
Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que considerou que o tema em apreço reveste grande importância, uma vez que o desenvolvimento futuro do Município, nas próximas décadas, dependerá em larga medida do planeamento que está atualmente a ser delineado. Neste contexto, questionou se os mapas em análise contemplam as necessidades identificadas nas diversas freguesias, perguntando ainda se os presidentes das juntas foram ouvidos no processo, de modo a assegurar que as expectativas relativas ao desenvolvimento dos respetivos territórios sejam devidamente consideradas e alcançadas. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), começando por indicar que a primeira dúvida que tinha, relacionada com o prazo para a conclusão do PDM, já tinha sido esclarecida pela Sra. Vereadora, tendo ficado a saber que o prazo previsto é de 3 a 4 meses. -----

Relativamente às áreas definidas como exceções à suspensão, o membro Daniel Gomes referiu que algumas dessas situações são mais ou menos óbvias, dado que existem territórios que adquiriram características de solo urbano, enquadrando-se assim nas exceções. Mencionou que, segundo a sua perceção, estão em causa cerca de 900 hectares. -----

Reforçou que existem exceções que compreende, como as relacionadas com as zonas próximas da zona industrial do Lusopark, da zona industrial do Roligo, do PERM, da zona de expansão na Cruz e da zona junto ao SuilPark. No entanto, expressou a sua dúvida relativamente a algumas situações que não compreende. Apontou, como exemplo, uma área perto de Santo André, que vai da rotunda do Mercadona até ao Calvário e se estende até ao lugar de Gondufe, em São João de Ver. Afirmou que essa área é quase exclusivamente florestal e questionou qual seria o objetivo de a mesma estar identificada como exceção. -----

Outro exemplo citado foi a zona de Santa Maria de Lamas, que vai do centro tecnológico até à Valada e depois até ao antigo eixo rodoviário do PEC. Daniel



Gomes lembrou que essa área tinha sido inicialmente prevista para ser um parque industrial, mas que esse projeto não avançou, questionando qual seria o objetivo de essa área estar agora identificada. -----

Concluindo, referiu um caso que esperava que fosse considerado, mas que não foi: a zona onde, supostamente, irá passar o Eixo das Cortiças, questionando qual a razão para esta área não estar identificada. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL), começando por referir que, apesar de o PDM estar previsto para estar pronto dentro de poucos meses, questionou se não seria mais prudente manter a suspensão até que o PDM fosse efetivamente aprovado, validado e discutido com as entidades competentes, de forma a garantir um instrumento de planeamento do território devidamente estruturado. -----

Carlos Martins argumentou que as exceções parecem surgir, segundo a sua compreensão, devido ao facto de o PDM não estar aprovado até 31 de dezembro. Insistiu, então, em questionar qual seria o interesse de abrir tantas exceções em tantas áreas, considerando o curto período previsto para a sua aplicação. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para esclarecer a questão levantada pelo membro Ângelo Santos, explicando que o trabalho está a ser feito com base no PDM em curso. Destacou que, no âmbito deste processo, foi aberto um período para a apresentação de sugestões, e que será também aberto um período de consulta pública. Reforçou que, neste momento, o que está em discussão não exige articulação com os presidentes das juntas de freguesia, uma vez que essa fase ocorreu no processo do novo PDM. -----

Em relação às observações do membro Daniel Gomes, o Sr. Presidente esclareceu que as áreas identificadas como exceções já foram discutidas e articuladas em 2015. Explicou que essas manchas correspondem ao solo urbanizável, previamente identificado, que já possui as infraestruturas



necessárias, como rede de água e saneamento, iluminação pública e ruas. Adicionalmente, esses espaços foram identificados a partir dos pedidos de processos urbanísticos e de informação prévia, realizados no pelouro do Urbanismo, o que resultou na definição dessas manchas.-----

O membro **Daniel Gomes** questionou se existiam pedidos para toda a área identificada, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** confirmou que sim, existiam vários pedidos para a área situada junto ao Mercadona.-----

Relativamente à questão levantada pelo membro Carlos Martins, o Sr. Presidente da Câmara explicou que muitas pessoas têm procurado a Câmara Municipal com o objetivo de avançar com pedidos de licenciamento, e que não compreendem a razão pela qual o PDM ainda está suspenso. Informou que estas pessoas estão a encontrar dificuldades devido à espera de 3, 4 ou 5 meses, uma situação que, segundo ele, é incompreensível para os interessados, destacando que a continuidade da suspensão acabaria por atrasar muitos investimentos. Enfatizou que foi essa a razão pela qual a Câmara decidiu lidar com a situação da forma que tem vindo a fazer, e acrescentou que presume que a maioria dos municípios esteja a adotar o mesmo procedimento. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD:28, PS:16, IND:1 – Carmindo Bastos) e 5 abstenções (BE, CDS-PP, IL, CDU, IND:1 – Miguel Branco), aprovar, no âmbito e para efeitos do regime do ordenamento do território e urbanismo (RJIGT), a identificação e delimitação das áreas urbanizáveis ou de urbanização programada, não lhes aplicando a medida de suspensão, nos termos preconizados e medidas adotadas na deliberação camarária supraidentificada. -----

Saiu o membro Daniel Gomes. -----



7 – Alteração à postura de trânsito nas freguesias de São João de Ver e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 13 de janeiro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:28, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND:2), aprovar a proposta de alteração à postura de trânsito em epígrafe, com implicações na Rua de Gondins, troço entre a Avenida do Mar e a Via Estruturante Espargo – Paços de Brandão, bem como na própria Via Estruturante Espargo – Paços de Brandão, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

8 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Lourosa -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 13 de janeiro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor



(PSD:28, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND:2), aprovar a proposta de alteração à postura de trânsito em epígrafe, com implicações na Rua do Souto, na Rua do Comércio e na Travessa do Sobral, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

9 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Argoncilhe -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 13 de janeiro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:28, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND:2), aprovar a proposta de alteração à postura de trânsito em epígrafe, com implicações na Rua Escolas do Carvalhal, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Saiu o membro Miguel Branco.-----

Reentraram os membros José Castro e Daniel Gomes.-----

10 – Revisão do tarifário para o ano de 2025, no âmbito do contrato de Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de abastecimento de Água e Saneamento do Concelho -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 30 de dezembro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente



disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

O membro **Tiago Paiva** (BE) iniciou a sua intervenção criticando a revisão do tarifário da Indaqua para o ano de 2025, considerando-a como um reflexo da continuidade de uma situação insustentável. Para o BE, trata-se de um aumento considerável nas faturas dos munícipes, prejudicando particularmente os agregados familiares mais desfavorecidos. Este aumento, segundo Tiago Paiva, é uma evidência de que a concessão de água no Município não serve os interesses dos feirenses, mas sim de quem a explora, com o executivo a manter-se indiferente e conivente com um contrato que, na sua opinião, prejudica a população.-----

Tiago Paiva também abordou a forma como a comunicação sobre este assunto é feita, destacando que, quando a entidade reguladora emite pareceres favoráveis à Indaqua, estes são amplamente aceites, mas quando contrários, a entidade reguladora é desvalorizada. Para o membro, esta abordagem não é adequada, e é crucial que a Câmara Municipal dê atenção aos pareceres contrários, promovendo uma supervisão mais crítica e atenta da relação com a Indaqua.-----

Concluindo, Tiago Paiva apelou à realização de uma discussão clara e transparente sobre a situação da concessão de água, propondo uma avaliação rigorosa dos pressupostos que deram origem ao contrato e o seu cumprimento, bem como uma análise crítica da relação da Indaqua com o Município e com a população feirense. Expressou a esperança de que essa discussão ainda possa ocorrer durante o atual mandato.-----

O membro **Nuno Vieira** (CDU) iniciou a sua intervenção criticando a revisão do tarifário da Indaqua para 2025, considerando-a mais um aumento de preços que prejudica os feirenses, num momento em que o preço da água em Santa Maria da Feira já se encontra entre os mais elevados do país. Este aumento, segundo o membro Nuno Vieira, resulta em mais receita para a



Indaqua, mas nada traz de benefício para os munícipes. O relatório, embora confirme a conformidade do aumento, não surpreende a CDU, pois, como já foi manifestado anteriormente, o contrato de concessão feito no início tem condições desfavoráveis para a população, o que justifica a sua posição contra este aumento e a sua decisão de não votar favoravelmente neste ponto.-----

Além disso, o membro Nuno Vieira apontou que o Concelho ainda está longe de alcançar uma cobertura integral da rede de saneamento, o que demonstra uma preocupante falta de compromisso ambiental por parte das autoridades responsáveis. Referiu que o relatório destaca que a legislação relacionada com o saneamento não está a ser devidamente cumprida, especialmente no que diz respeito à limpeza das fossas sépticas, colocando em causa o cumprimento das normas ambientais. Questionou diretamente o que a Câmara Municipal tenciona fazer para garantir que a Indaqua, como entidade responsável, cumpra as orientações da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos). Nesse sentido, a CDU sublinha que a situação atual não pode continuar, uma vez que as falhas no cumprimento das obrigações afetam diretamente a qualidade do serviço prestado à população e o bem-estar ambiental do Concelho. A CDU defende que é urgente tomar medidas eficazes para resolver estas questões e assegurar a melhoria das condições de saneamento para todos os feirenses.

O membro **Carlos Martins** (IL) também abordou a questão colocada pela entidade reguladora, destacando que o Município se encontra entre duas forças contrárias, sendo necessário gerir a situação com bom senso, de forma a alcançar um equilíbrio. Por um lado, o Município deseja cumprir o contrato assinado com o concessionário, que fez um investimento importante para o Concelho, mas, por outro lado, deve defender os interesses dos munícipes, para que estes não sejam prejudicados, tendo sempre em mente o quadro legal, regulamentar e contratual que rege o



assunto. Sublinhou que é precisamente nestes detalhes que se pode verificar se existe, ou não, um verdadeiro equilíbrio na questão. -----
Destacou ainda que, quando a entidade reguladora coloca o assunto em discussão, o Município limita-se a consultar os seus assessores para verificar se os cálculos da fórmula usada para determinar a tarifa estão corretos, e se juridicamente tudo está em conformidade, avançando então com a aprovação. No entanto, frisou que a entidade reguladora levanta uma questão relevante, que abre portas a uma possível negociação entre a Câmara Municipal, enquanto representante dos cidadãos, e a concessionária. Alertou para o facto de começar a surgir um desequilíbrio na situação, e assim como em outros temas, como o PDM, é essencial considerar o interesse das populações. Reforçou que, embora os contratos existam para ser cumpridos, o Município deve olhar para o contexto mais amplo, fazendo comparações com outras realidades. -----
Referiu ainda uma publicação recente da Deco Proteste, que indicou que, considerando um consumo de 120 metros cúbicos de água, o Município de Santa Maria da Feira é o segundo concelho do país com os custos de consumo de água mais elevados, totalizando 252 euros. Para um consumo ligeiramente superior, de 130 metros cúbicos, Santa Maria da Feira é o concelho com a água mais cara do país. Nesse sentido, questionou se o Município está efetivamente a defender os interesses dos cidadãos, e se há margem para essa defesa ou se, pelo contrário, a única opção seria aceitar passivamente o aumento e continuar a pagar a água mais cara do país, sem qualquer margem de atuação. -----
Concluiu a sua intervenção sublinhando a importância de a Câmara exercer pressão política sobre a situação, garantindo o cumprimento do contrato, mas também destacando que todos os contratos podem ser renegociados, como já aconteceu anteriormente com o contrato de concessão, tendo em conta o contexto e as preocupações de outras épocas. Enfatizou que a situação está a tornar-se cada vez mais insustentável, com os feirenses a



pagar preços exorbitantes pela água, colocando uma pressão considerável sobre as famílias. Finalizou afirmando que é responsabilidade da Câmara proteger os seus munícipes, face a uma realidade que está a afetar negativamente a todos, e que deve atuar para mitigar esse impacto, defendendo os interesses da população e procurando alternativas que promovam justiça e equidade.-----

Usou da palavra o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que abordou a questão contratual com a Indaqua, reconhecendo a importância de se honrarem os compromissos assumidos, uma vez que os contratos estabelecem regras e obrigações mútuas. No entanto, salientou que Santa Maria da Feira parece ser um caso à parte, pois, ao contrário de outros municípios, não promove ativamente a poupança de água, precisamente por ter celebrado um contrato que impõe o cumprimento de uma determinada taxa de consumo, sob pena de alguém ter de suportar os custos, sejam os munícipes, sejam os cofres do próprio Município. Realçou que a água é um recurso cada vez mais escasso e valioso, e lamentou que, apesar disso, não exista uma campanha municipal eficaz que incentive a sua utilização consciente. Apontou que o motivo dessa ausência parece residir na necessidade de garantir os consumos previstos contratualmente, colocando em causa a coerência das políticas ambientais do Município. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), começando por afirmar que o Município se encontra numa situação particularmente delicada. Corroborou as considerações anteriormente expressas pelo membro Carlos Martins, sublinhando a existência de um evidente desalinhamento de interesses, por um lado, a Indaqua, enquanto entidade concessionária, tem como objetivo maximizar a venda de água, por outro lado, caberia ao Município promover uma gestão mais sustentável deste recurso, incentivando práticas de consumo responsável, conforme também foi salientado pelo membro Ângelo



Santos. Salientou que, contudo, uma eventual redução no consumo levanta a questão de quem suporta os custos associados, o que poderá traduzir-se, por exemplo, num aumento das tarifas fixas. Referiu o caso de uma família que, mesmo sem consumir qualquer quantidade de água, tem ainda assim de pagar um valor mínimo de 21 euros, considerando tal situação desproporcionada e injusta. -----

Criticou a ausência de responsabilidade social por parte da Indaqua, afirmando que a empresa tem uma presença praticamente inexistente nesse domínio. Lamentou, também, que o Município não tenha tomado medidas para contrariar esta realidade, como a implementação da Tarifa Social da água. Recordou que o anterior Presidente da Câmara alegava que esta questão era tratada pelos serviços sociais municipais, questionando se o atual Presidente mantém esse entendimento e, em caso afirmativo, quantas pessoas estão efetivamente a ser apoiadas por esses serviços. -----

Apontou ainda a falta de transparência do Executivo Municipal, referindo que continuam por esclarecer diversos requerimentos apresentados pelos eleitos da Assembleia, cuja resposta seria fundamental para um melhor acompanhamento da situação. -----

Assinalou também a existência de questões preocupantes relacionadas com a gestão interna da Indaqua Feira e com as ligações que esta mantém com outras empresas do mesmo grupo económico. Na sua opinião, a forma como os resultados financeiros são geridos e redistribuídos poderá dificultar futuras negociações contratuais, sendo, por isso, essencial que o Município esteja atento e proativo nesse processo. Recordou que a próxima oportunidade para renegociar o contrato só ocorrerá em 2029, o que significa que, até lá, será necessário encontrar formas de mitigar o impacto das condições atuais nos consumidores. -----

Por fim, evocou uma entrevista concedida pelo Sr. Presidente da Câmara ao Jornal de Notícias, datada de 18 de outubro de 2024, na qual este afirmou ser necessário “equilibrar o preço da água para que a população o considere



justo". Concluiu a sua intervenção solicitando esclarecimentos sobre o verdadeiro alcance dessa afirmação, questionando se o Presidente entende que os preços atualmente praticados em Santa Maria da Feira são, de facto, excessivos e carecem de revisão em baixa, ou se, pelo contrário, considera que são os valores praticados noutros municípios que deveriam ser ajustados em alta, de forma a convergirem com os do concelho. -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD), começando por salientar que o PSD já reconheceu, em várias ocasiões, que o preço da água em Santa Maria da Feira não é baixo. Sublinhou, contudo, a necessidade de abordar a questão com seriedade, tendo em conta a existência de um contrato em vigor, cuja eventual rutura implicaria custos muito elevados e incomportáveis para o Município, como se verificou noutros concelhos que tentaram seguir caminhos semelhantes. -----

Acrescentou que, apesar dessa realidade, o Município dispõe de infraestruturas e serviços que se situam acima da média nacional. Apontou que 88% dos alojamentos têm acesso a água e 97% a rede de saneamento, destacando ainda que, de acordo com análises realizadas, a qualidade da água em Santa Maria da Feira é excelente, com um indicador de 99,85%. --
No que respeita às perdas de água, referiu que estas se situam abaixo dos 15%, o que corresponde a metade da média nacional, sendo que apenas 17 municípios apresentam indicadores inferiores. Citou também dados da ERSAR, segundo os quais o melhor nível de serviço é assegurado quando a perda de água não ultrapassa os 100 litros por ramal e por dia, sendo que, em Santa Maria da Feira, essa perda se cifra nos 32 litros. Relativamente às avarias, assinalou que o concelho regista apenas 5 por cada 100 km de condutas, num total de cerca de 1100 km, em contraste com uma média nacional superior a 40. Quanto ao saneamento, indicou que os parâmetros legais são cumpridos e que a frequência de inundações é baixa, com 0,49 ocorrências por mil ramais, número que contrasta com uma média nacional



dez vezes superior. -----

No que diz respeito ao tarifário, reiterou que o preço da água não é reduzido, mas alertou para a necessidade de não o analisar isoladamente, dado que o serviço contempla também o saneamento e a recolha de resíduos. Defendeu que, futuramente, será necessário ponderar se se mantém o princípio do utilizador-pagador, segundo o qual quem consome mais, paga mais, ou se se adota um modelo subsidiado pela Câmara Municipal. Sublinhou, no entanto, que qualquer subsídio teria de ser suportado pelos impostos de todos os contribuintes, o que implicaria, por exemplo, que os consumos mais elevados, incluindo os do setor empresarial, seriam parcialmente pagos por todos. -----

Sobre a estrutura tarifária aplicada, explicou que a mesma procura, em teoria, assegurar a sustentabilidade do investimento em capital físico — que, neste caso, considerou ser avultado, e manter os preços o mais próximo possível do custo marginal, o que representa uma solução economicamente eficiente, embora possa não ser a mais equitativa. -----

Enfaticou ainda que o elevado nível de cobertura resulta de um investimento significativo, sendo que a Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) do projeto continua negativa, o que significa que o investimento ainda não foi totalmente recuperado. Acrescentou que serão as futuras gerações a beneficiar da infraestrutura, sem terem de suportar os custos iniciais do investimento. -----

Por fim, referiu que, segundo comparações com municípios dos distritos do Porto, Braga e Aveiro, considerando um consumo médio de 10 metros cúbicos mensais, Santa Maria da Feira ocupa a 12.^a posição em termos de preço praticado, não sendo, por conseguinte, o município com a água mais cara, embora também não seja aquele onde se paga menos. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que, começando por aludir à intervenção do membro Tiago Paiva, do Bloco de Esquerda, referiu que,



embora respeite a apreciação política que foi feita, discorda, em grande medida, da sua perspetiva. Sublinhou que, até pela sua formação, entende que os contratos devem ser cumpridos, embora reconheça que podem ser renegociados, existindo para tal momentos próprios. No caso concreto, indicou que a renegociação global do contrato poderá ocorrer em 2029, ainda que seja possível introduzir ajustes pontuais em qualquer altura, uma vez que a discussão com a concessionária pode ser aberta sempre que necessário.-----

Relativamente às declarações do membro Nuno Vieira, da CDU, referiu que, apesar da insistência deste em afirmar que o Concelho não possui uma elevada taxa de cobertura de saneamento, os dados da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e de outras entidades apontam para uma cobertura de 97%. Afirmou que, embora a CDU conteste esse valor, os indicadores disponíveis são claros: 97% de cobertura de saneamento e 98% de cobertura de abastecimento de água. -----

Neste contexto, informou que estão atualmente em curso três empreitadas de redes hidráulicas, extensões das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, que representam um investimento próximo de meio milhão de euros e que abrangem diversas freguesias, como Canedo, Mozelos, Lourosa, Sanguedo, Santa Maria de Lamas, Rio Meão, Romariz, São João de Ver e Vale.-----

Reforçou que, apesar de o Concelho já se encontrar acima das metas definidas a nível europeu, o Município continua a investir na expansão da rede. Assinalou, a este propósito, que, no atual mandato, foram concluídas intervenções ao nível das redes pluviais e residuais em vários arruamentos do concelho, num valor acumulado de 220 mil euros. Sublinhou que, mesmo com taxas de cobertura de 97% e 98%, o Município continua a realizar investimentos significativos na expansão das redes, assumindo responsabilidades que, contratualmente, já não competem à concessionária Indaqua. -----



O Sr. Presidente da Câmara referiu que, caso subsistam dúvidas relativamente aos indicadores ambientais, se deverá solicitar esclarecimentos à Agência Portuguesa do Ambiente, a qual confirmará que o Município de Santa Maria da Feira apresenta resultados superiores aos dos concelhos vizinhos, fruto da qualidade do tratamento assegurado pelas suas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). Destacou, como exemplo, o facto de o concelho dispor atualmente de uma praia fluvial com qualidade de água para banhos, uma realidade que, há alguns anos, seria considerada altamente improvável.-----

Reforçou este ponto, insistindo que se consulte a Agência Portuguesa do Ambiente, pois esta atestará que alguns municípios vizinhos, que historicamente apresentavam melhores taxas de cobertura, enfrentam agora dificuldades ao nível dos indicadores ambientais e de saúde pública, além de registarem taxas de cobertura inferiores às de Santa Maria da Feira. Referiu ainda que, no seio da Associação de Municípios Terras de Santa Maria, estão a ser desenvolvidos esforços para ultrapassar esses constrangimentos, inclusive em concelhos liderados por forças políticas diferentes daquela que governa Santa Maria da Feira. -----

A propósito da intervenção do membro Carlos Martins, da Iniciativa Liberal, sublinhou que este compreende particularmente bem a matéria em discussão, tendo estado envolvido na fase inicial da concessão e sentido, à época, a necessidade da sua implementação. No que respeita ao preço da água, rejeitou a ideia de que Santa Maria da Feira pratica a tarifa mais elevada do país, sugerindo que bastaria fazer uma simples pesquisa online para verificar que há vários municípios onde se afirma o mesmo. Acrescentou que, considerando um consumo médio de 10 metros cúbicos por mês, Santa Maria da Feira ocupa a 12.^a posição a nível nacional, reconhecendo que gostaria que o concelho estivesse mais bem posicionado, mas observando que existem municípios vizinhos, como Oliveira de Azeméis, Ovar e Vila Nova de Gaia, com tarifas superiores. -----



Alertou para a incorreção de comparações entre municípios com modelos de gestão distintos, nomeadamente quando, nuns, os encargos são integralmente suportados pelos consumidores e, noutros, são parcialmente financiados por via dos impostos pagos por todos os contribuintes. Considerou essencial clarificar este tipo de questões para evitar conclusões erróneas. -----

Por fim, salientou que não é seu papel defender a Indaqua, nem o faria por razões estratégicas, mas considerou injusto afirmar que a empresa não tem qualquer intervenção social. Referiu, a este respeito, o trabalho desenvolvido junto de mais de duas mil crianças e o apoio prestado, na qualidade de principal patrocinador, ao projeto Feira Viva Natação Adaptada, que considerou um dos mais relevantes promovidos atualmente no concelho. ---

No que se refere aos requerimentos por responder relacionados com a Indaqua, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que, de acordo com a informação de que dispõe, apenas se encontra pendente resposta a requerimentos apresentados pelo membro Carlos Martins, admitindo, no entanto, a possibilidade de não estar completamente certo. -----

Comentando as suas próprias declarações anteriores, referiu que talvez tenham causado alguma surpresa ao membro Daniel Gomes, por este esperar que assumisse uma posição de alinhamento com a Indaqua. Explicou, contudo, que, à semelhança de muitos autarcas, defende a necessidade de existir um modelo de financiamento da água equilibrado a nível nacional, de forma a evitar assimetrias, como sucede atualmente, em que nalguns municípios os custos são suportados pelos contribuintes e noutros vigora o princípio do utilizador-pagador. -----

Esclareceu que a sua posição não é de defesa incondicional da concessão, mas sim de vigilância e compromisso com os interesses dos munícipes. Reforçou que esta é uma questão que exige uma abordagem estruturada a nível nacional. Sublinhou, ainda, que, para as famílias do concelho, a fatura da eletricidade representa um encargo mais elevado do que a da água e do



saneamento, sendo que, a seguir, surge a fatura das telecomunicações. Considerou, por isso, que todas estas componentes devem ser ponderadas de forma integrada. -----

Assinalou que o contrato de concessão permitiu resolver um problema estrutural no concelho, garantindo o abastecimento de água e a cobertura de saneamento e promovendo uma melhoria significativa dos indicadores ambientais. Destacou, a título de exemplo, a recuperação de linhas de água como o rio Uíma, atualmente classificado com qualidade boa, possibilitando o repovoamento com espécies autóctones, através de ações promovidas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). -----

Relativamente ao tarifário, reconheceu que o custo tende a aumentar com o consumo, mas considerou esse facto uma boa prática ambiental, por constituir um incentivo à poupança de água, uma preocupação que foi igualmente manifestada por outros intervenientes nesta sessão. -----

A encerrar a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara concordou com o membro Tiago Paiva quanto à importância de manter este debate aberto. No entanto, alertou para a necessidade de se respeitarem os momentos certos para o fazer, e de se atuarem com prudência, sob pena de se repetirem os erros cometidos noutros municípios, que enfrentaram consequências financeiras graves após decisões precipitadas de resgate das concessões. Sublinhou que essas situações terminaram com decisões judiciais que impuseram a renegociação dos contratos com as concessionárias, obrigando ao pagamento de indemnizações de valor elevado. Concluiu reiterando que, nesta matéria, é essencial atuar com responsabilidade, de forma a não comprometer o desenvolvimento integral dos territórios. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a revisão do tarifário para o ano de 2025, no âmbito da Concessão em referência. -----



Reentrou o membro Miguel Branco. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 2 inscrições, dos munícipes Paulo Andrade e Luís André Santos, por esta ordem, para abordar os assuntos identificados na listagem oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Feita a chamada, a Sra. Presidente da Assembleia verificou que nenhum dos munícipes se encontrava presente, e, assim, deu por encerrado este Período de Intervenção do Público. -----

Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 00 horas e 08 minutos do dia 22 de fevereiro de 2025, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

Sra. Patrícia Bastos da Cunha